



**GOVERNO DE SERGIPE**

**Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca**

End. Rua Vila Cristina, 1051 CEP 49020-150 Aracaju-Sergipe, Fone: (79) 3179-4242/4205



**CONTRATO Nº 04/2018**

Contrato que entre si celebram o Estado de Sergipe, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, por Intermédio da **Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca**, Órgão Integrante da Administração Pública Direta e a **Firma Construtora Santana Ltda-EPP**, na forma a seguir:

O Estado de Sergipe, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno por intermédio da **Secretaria de Estado da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário e da Pesca**, integrante da Administração Direta do Estado de Sergipe, com sede em Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, na Rua Vila Cristina, n 1051, Bairro São José, CEP.: 49.020-150, neste ato representado pela Secretária de Estado **MARIA ROSILENE BEZERRA RODRIGUES**, portadora da RG. n 1033769 SSP-SE e inscrita no CPF sob o n 516.628.255-87, infrafirmada, doravante denominada **CONTRATANTE** de um lado e do outro, a Firma **Construtora Santana Ltda-EPP** doravante denominada **CONTRATADA**, pessoa jurídica de direito privado, constituída sob a forma de sociedade por quotas limitadas, inscrita no CGC/MF sob nº 20.973.575/0001-06, com sede na Rua Anália Pinha de Assis nº 112, Bairro Luzia, Aracaju, Estado de Sergipe, CEP: 49.045-770, telefone (79) 3243-0422/8822-9040/96077293, neste ato representada por seu sócio administrador **ARLEI ROGERIO DE SÁ**, consoante os termos do instrumento de Contrato Social que se integra a este ajuste como se nele estivesse transcrito, se fazem presentes, para o fim especial de celebrarem o presente instrumento, nos termos da Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93 revisada e atualizada, Lei Federal nº 10.192 de 14.02.2001, Lei Complementar nº 123/06 de 14/12/06, alterada pela Lei Complementar nº 127 de 14/09/07, Lei Estadual nº 6.206 de 24/09/07, Decreto Estadual nº 24.912 de 20/12/2007, Lei Estadual 6.334 de 02/01/2008 e Lei Estadual nº 7.116 de 25/03/11 e tendo em vista o que consta da **TOMADA DE PREÇOS Nº 09/2018, Processo Administrativo nº 026.301.00455/2018-7**, as cláusulas e condições a seguir descritas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. Objetiva o presente contrato a execução sob o Regime de Empreitada Por Preço Unitário do Execução da **Construção do Centro Social de Reforma Agrária no Assentamento Caio Prado, Município de Estância/SE**, nos termos do Projeto Básico – ANEXO I deste Edital.

1.2. Os Serviços/Obras objeto desta licitação deverão ser executados em total observância às prescrições da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e às especificações, memorial descritivo e plantas contidas no Projeto Básico – ANEXO I que faz parte integrante deste Edital.

1.3. A **CONTRATADA** se obriga a executar os serviços objeto do presente contrato em perfeita harmonia e concordância com o Projeto Básico, bem como em conformidade com o Edital e a proposta apresentada, documentos estes que ficam fazendo parte integrante e inseparável do presente instrumento. Outrossim, em tudo que não seja disciplinado, modificado ou revogado pelas disposições do Edital e deste Contrato, prevalecerão às disposições da legislação pertinente e das normas, atos ou instruções editadas pela CEHOP/SE.

Secretário de Estado da Agricultura,  
do Desenvolvimento Agrário e da Pesca

CONFERE COM ORIGINAL  
Aracaju 22/08/2018

Maria José Nunes de Sá  
Assessoria Técnica Jurídica



**GOVERNO DE SERGIPE**

**Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca**

End. Rua Vila Cristina, 1051 CEP 49020-150 Aracaju-Sergipe, Fone: (79) 3179-4242/4205

SEAGRI  
Assessoria  
Técnica  
Fl. nº 50  
2

SEAGRI  
Assessoria  
Técnica  
Fl. nº 870  
2

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR CONTRATUAL, E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

2.1. Pela perfeita integral execução deste Contrato, a Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca, pagará à CONTRATADA o valor global de R\$ 220.727,83 (duzentos e vinte mil, setecentos e vinte e sete reais e oitenta e três centavos).

PARÁGRAFO ÚNICO – Os Recursos Orçamentários para o pagamento da execução dos Serviços/Obras objeto desta TOMADA DE PREÇOS, são oriundos da Fonte de Recurso Federal e Estadual, a Despesa será consignada à seguinte Classificação Orçamentária: 17101.20.606.0022: Projeto/Atividade: 01140 e Elemento de Despesa: 4.4.90.00 e Fonte de Recursos 0224/0101.

## **CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO E DA PRORROGAÇÃO**

3.1. Os Serviços deverão ser executados e concluídos no prazo de **120 (cento e vinte) dias**, de acordo com o cronograma físico-financeiro, incluído neste mesmo prazo, a mobilização. O prazo se inicia a partir da expedição da Ordem de Serviços e Mobilização emitida pela Diretoria competente da CEHOP/SE, e conseqüentemente ciência da CONTRATADA.

3.2. O prazo de vigência do contrato será de **08 (oito) meses**, contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante justificativa técnica, nas hipóteses previstas no § 1º do art. 57 c/c art. 65 da Lei 8.666/93.

3.3. Os eventuais períodos de paralisação dos Serviços/Obras serão autorizados pela CEHOP/SE, devidamente justificados, e o cronograma físico-financeiro ajustado aos dias de efetiva realização dos serviços.

## **CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO**

4.1. Para pagamento da primeira fatura, ou quando do faturamento único, atinentes aos Serviços/Obras objeto deste Contrato, a CONTRATADA deverá apresentar a Diretoria Técnica da CEHOP/SE os documentos adiante enumerados e na forma a seguir descrita, os quais poderão ser apresentados, conforme o caso, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada:

a) Nota Fiscal e Fatura/Recibo constando no anverso de ambas, além da discriminação dos serviços executados, os números do Contrato firmado e do Convênio que originou os recursos, se este for o caso, bem como a identificação do órgão conveniente, observando obrigatoriamente a data de validade da Nota Fiscal quando for o caso (IN-RFB 971/2009 artigo 122 e 123).

b) Medição ou avaliação dos serviços, conforme modelo que será fornecido, devidamente assinado pelo gerente de Contrato da CEHOP/SE e da CONTRATADA, identificando, além dos serviços executados, o seu período de execução;

c) Cópia da matrícula da obra ou serviço de engenharia no CEI – Cadastro de Empresa Individual, junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

d) Cópia da Ordem de Serviço emitida pela CEHOP/SE

e) Cópia da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART junto ao Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia de Sergipe - CREA/SE, devendo constar, obrigatoriamente, as assinaturas dos representantes da CEHOP/SE e da Contratada;

CONFERE COM ORIGINAL  
Aracaju 22/08/2018  
Maria José Nunes de Sá  
Assessoria Técnica-Jurídica



**GOVERNO DE SERGIPE**

**Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca**

End. Rua Vila Cristina, 1051 CEP 49020-150 Aracaju-Sergipe, Fone: (79) 3179-4242/4205



- f) Certidão de Débitos relativos às contribuições previdenciárias e as de terceiros vigente, fornecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS;
- g) Certidão de Regularidade de Situação do FGTS, vigente, fornecida pela Caixa Econômica Federal;
- h) Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de Negativa (CNDT), para comprovação da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- i) Declaração de Recolhimento de ICMS;
- j) Cópia da GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social, identificada pelo CNPJ, do mês anterior à prestação do serviço;
- l) Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- m) Certidão negativa do ISS, fornecida pela Prefeitura Municipal da sede da contratada;
- n) Certidão Conjunta de Débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união;

4.2. Para pagamento das demais faturas, a CONTRATADA deverá apresentar todos os documentos acima elencados e na forma ali descrita, exceto os itens c, d e e, os quais poderão ser apresentados, conforme o caso, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada.

4.3. Quando do último faturamento, a CONTRATADA deverá apresentar à CEHOP/SE, além dos documentos exigidos no item 4.1 (exceto os itens c, d e e), a baixa da obra junto a respectiva Prefeitura Municipal e junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

4.4. Os optantes pelos SIMPLES deverão apresentar comprovante de recolhimento mensal através do documento único de arrecadação, conforme Artigo 13 da Lei Complementar Federal nº 123/2006.

4.5. A Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca reterá o equivalente a 3,5% (três inteiro e cinco décimos por cento) do valor bruto da Nota Fiscal/Fatura/Recibo da Prestação dos Serviços, conforme previsto no § 6º, do art. 7º da Lei Federal nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, incluído pela Lei Federal nº 12.715/2012, sem prejuízo das disposições havidas na Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil, recolhendo para o INSS o valor retido através de documento de arrecadação identificado com a matrícula CEI da obra.

4.6. Caberá ao Estado de Sergipe promover a retenção do ISSQN nos casos previstos na legislação do município competente para arrecadação do tributo.

4.7. A Administração Local será remunerada mensalmente com valor proporcional ao faturamento dos serviços de obras civis e de acordo com o montante global ofertado pela Licitante, conforme estabelecido no Acórdão TCU nº 3103/2010.

4.8. A fatura será protocolada e encaminhada ao setor competente à Diretoria Técnica da CEHOP/SE, para conferência, atesto e posterior encaminhamento ao setor competente da Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca, para pagamento da execução dos serviços, que disporá de até 30 (trinta) dias para efetivação do pagamento;

4.9. Ocorrendo a não aceitação (que deverá ser devidamente justificada) pela fiscalização da CEHOP/SE dos serviços faturados, será de imediato comunicado à firma contratada para retificação e apresentação da nova fatura;

Secretário de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca

CONFERE COM ORIGINAL  
Aracaju 22/08/2014

Maria José Nunes de Sá  
Assessoria Técnica Jurídica



**GOVERNO DE SERGIPE**

**Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca**

End. Rua Vila Cristina, 1051 CEP 49020-150 Aracaju-Sergipe, Fone: (79) 3179-4242/4205



4.10. O pagamento da(s) fatura(s) após o prazo de adimplemento estipulado na cláusula 4.8. obrigará a CONTRATANTE a pagar à CONTRATADA, desde que esta não tenha concorrido de alguma forma para tanto, compensação financeira, com base no artigo 40, inciso XIV, alínea "d", da Lei 8.666/93, aplicando-se:

a) atualização, tendo como base a variação do INPC, *pro rata tempore*, entre o dia previsto e a data do efetivo pagamento;

4.11. Fica vedado à **Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca** pagar, sob quaisquer títulos, indenizações ou ressarcimentos devidos pela CONTRATADA em face da legislação fiscal, previdenciária, social ou trabalhista.

4.12. Os pagamentos poderão ser sustados pela **Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca** nos seguintes casos:

a) Não cumprimento das obrigações da CONTRATADA para com terceiro, que possam de qualquer forma prejudicar a **Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca**;

b) Inadimplência de obrigações da CONTRATADA para com a **Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca**, por conta deste Contrato;

c) Não cumprimento do disposto nas Instruções fornecidas pela CEHOP/SE e nos demais Anexos deste Edital;

d) Erros ou vícios nas faturas.

**CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS**

5.1. Por força da Lei 10.192/2001, os preços contratados serão irrealizáveis pelo período de 12 (doze) meses, contados da data base de referência dos preços do orçamento da obra letra c, inciso XIV do art. 40 da lei 8.666/93.

5.1.1. Após o período de 12 (doze) meses, os preços poderão ser reajustados para cobrir flutuações no custo dos insumos, na mesma proporção e periodicidade da variação, verificada nos Índices Nacional de Custo da Construção, por tipo de serviços apurados pela FGV – Fundação Getúlio Vargas.

5.2. O reajustamento de preços a que se refere esta Cláusula será calculado com base na seguinte fórmula:

$$R = V \frac{I1 - I0}{I0}, \text{ onde:}$$

R = é o valor do reajustamento procurado;

V = é o saldo do preço inicial a ser reajustado;

I0 = é o índice setorial de preços constante a Coluna 35 correspondente ao serviço executado, informado ou divulgado pela FGV – Fundação Getúlio Vargas, ou mensalmente publicado em sua "Revista Conjuntura Econômica", correspondente ao mês da data base de referência dos preços do orçamento da obra;

I1 = é o índice setorial de preços constante a Coluna 35 correspondente ao serviço executado, informado ou divulgado pela FGV – Fundação Getúlio Vargas, ou mensalmente publicado em sua "Revista Conjuntura Econômica", correspondente ao décimo-segundo mês após a data base de referência dos preços do orçamento da obra

Secretaria de Estado da Agricultura,  
do Desenvolvimento Agrário e da Pesca

CONFERE COM ORIGINAL  
Aracaju, 22 / 08 / 2014

Maria José Nunes de Sá  
Assessoria Técnica Jurídica



## GOVERNO DE SERGIPE

**Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca**

End. Rua Vila Cristina, 1051 CEP 49020-150 Aracaju-Sergipe, Fone: (79) 3179-4242/4205



5.3. No cálculo do reajuste conforme a fórmula descrita nesta Cláusula, somente será admitida 04 (quatro) decimais, sem aproximação ou arredondamentos.

5.4. Enquanto não informados ou divulgados os índices correspondente ao 12º mês para efeito de definição do índice II, de que trata o item 5.2. desta Cláusula, o reajuste será calculado de acordo com o último índice conhecido, cabendo, quando informado, divulgado ou publicado o índice definitivo, a correção do cálculo e o devido encontro de contas na ocasião do pagamento da fatura subsequente.

5.5. No caso de eventuais atrasos de responsabilidade da CONTRATADA, os reajustes serão calculados até o mês previsto no Cronograma Físico-Financeiro, para o evento gerador do faturamento.

### CLÁUSULA SEXTA - DA GARANTIA CONTRATUAL

6.1. A CONTRATADA deverá recolher, obrigatoriamente, junto a Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca, garantia contratual no valor de 3% (três por cento) sobre o valor total dos Serviços/Obras, no ato da liberação da 1ª fatura.

6.2. O recolhimento da garantia contratual deverá ser feito nos termos do item 6.1, em moeda corrente do País, Título da Dívida Pública, Seguro Garantia ou Carta de Fiança Bancária, tudo na forma da legislação em vigor para cada modalidade de garantia, tendo como validade mínima o prazo de execução contratual acrescido de mais 90 (noventa dias).

6.3. A garantia para execução do contrato será levantada, mediante requerimento escrito da contratada dirigido ao Secretário de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca, após 30 (trinta) dias, contados da data do termo de recebimento definitivo da obra, mediante comprovação de quitação para com o FGTS, INSS, "AS BUILT" de todos os projetos, fornecidos pela CEHOP/SE ou elaborados pela contratada, em CD (desenhos, especificações, memoriais descritivos e de cálculos dos projetos complementares) e em uma via impressa, assinadas pelos projetistas e com cópia da respectiva ART - Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA, HABITE-SE dos Serviços/Obras CONTRATADAS, descontadas as multas ou quaisquer débitos porventura existentes da CONTRATADA para com o CONTRATANTE.

6.4. A garantia efetuada em moeda corrente será depositada em caderneta de poupança vinculada ao contrato, a fim de manter sua atualização financeira.

6.5. No caso de rescisão a devolução da garantia deverá ser efetuada no estrito cumprimento dos artigos 79, § 2º, I e 80, III da Lei 8.666/93.

### CLÁUSULA SÉTIMA - DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Os serviços objeto desta Licitação, estão descritos no ANEXO I - Projeto Básico.

7.2. Para a execução dos serviços previstos a CONTRATADA deverá afixar nos canteiros de serviços, placas alusivas às mesmas, com dimensões, dizeres e símbolos a serem determinados pela CEHOP/SE.

7.3. A CONTRATADA se obriga a executar os serviços empregando exclusivamente materiais de primeira qualidade, obedecendo, rigorosamente, ao Projeto Básico e demais especificações estabelecidas pela CEHOP/SE.

CONFERE COM ORIGINAL  
Aracaju 22/08/2019

Maria José Nunes de Sá  
Assessoria Técnica Jurídica



**GOVERNO DE SERGIPE**

**Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca**

End. Rua Vila Cristina, 1051 CEP 49020-150 Aracaju-Sergipe, Fone: (79) 3179-4242/4205



7.4. Ao término de cada serviços, deverá ser procedida a limpeza do respectivo canteiro de serviço e por fim de todo canteiro da obra.

7.5. A CEHOP/SE poderá exigir a reconstrução de qualquer parte dos serviços, sem qualquer ônus para si, caso julgue haver ocorrido à execução de algum serviço ou imperícia técnica ou em desacordo com o Projeto Básico ou qualquer outra disposição deste Edital ou do Contrato.

7.6. A CONTRATADA deverá executar, no local a ser designado pela fiscalização da CEHOP/SE, referências de níveis do tipo permanente, onde deverão ser indicados todos os nivelamentos que se fizeram necessários.

**CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO DOS PROJETOS**

8.1. Nenhuma alteração ou modificação de forma, qualidade ou quantidade dos serviços, em relação

ao disposto no Projeto Básico, poderá ser feita pela CONTRATADA, podendo, entretanto, a CEHOP/SE determinar as modificações tecnicamente recomendáveis, desde que correspondam a um dos itens abaixo:

8.1.1. Aumento ou diminuição da quantidade de qualquer trabalho previsto no contrato;

8.1.2. Alteração na natureza, qualidade ou espécie desse trabalho;

8.1.3. Alteração dos níveis, alinhamentos de posição e dimensões de qualquer parte desses trabalhos;

8.1.4. Suspensão da natureza de tais trabalhos;

8.1.5. Execução de trabalho adicional, de qualquer espécie, indispensável à conclusão dos serviços contratados;

8.1.6. Qualquer alteração, modificação, acréscimos ou reduções que impliquem em alteração dos projetos dos serviços, deverão ser autorizadas, sempre por escrito, pela CEHOP/SE.

**CLÁUSULA NONA - DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DE SERVIÇOS**

9.1. Os quantitativos dos serviços constantes das planilhas de orçamento estão de acordo com os Projetos, podendo, entretanto, ocorrer variações para mais ou para menos, se necessário à melhoria técnica dos serviços, desde que obedecidas às instruções da Lei nº 8.666/93.

9.2. As alterações mencionadas no item anterior serão efetuadas através de Termo Aditivo, dentro dos seguintes critérios:

9.2.1. Na decorrência de aditamentos contratuais que modifiquem a planilha orçamentária, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários do sistema de referência utilizado não poderá ser reduzida em favor do contratado, conforme estabelecido na Lei (Federal) nº 12.465 (LDO 2012).

9.2.1.1. A formação do preço dos aditivos contratuais contará com orçamento específico detalhado em planilhas elaboradas pelo órgão ou entidade responsável pela licitação, mantendo-se, em qualquer aditivo

Secretário de Estado da  
do Desenvolvimento Agrário e da

CONFERE COM ORIGINAL  
Aracaju 22.08.2014

Maria José Nunes de Sá  
Assessoria Técnica Jurídica



**GOVERNO DE SERGIPE**

**Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca**  
End. Rua Vila Cristina, 1051 CEP 49020-150 Aracaju-Sergipe, Fone: (79) 3179-4242/4205



contratual, a proporcionalidade de diferença entre o valor global estimado pela Administração e o valor global contratado.

9.2.2. Serviços não contidos na proposta inicial deverão ser apropriados com base nos preços constantes do mesmo banco de dados e data de referência, aplicando o BDI do orçamento da CEHOP e multiplicando pelo Fator de Concorrência, entendido como Fator de Concorrência o equivalente ao quociente entre o valor da proposta do licitante e o valor orçado pela administração, mediante elaboração de planilha contendo quantidade, preço unitário e total.

9.2.3. Objetivando averiguar o enquadramento do contrato aditado ao previsto no subitem 9.2.1, a CEHOP aplicará o Método do Balanço e a diferença eventualmente apurada em desfavor da Administração será abatida do saldo contratual.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS**

10.1. A fiscalização de todas as fases dos serviços será feita por Engenheiro ou Empresa designada pela CEHOP/SE.

10.2. Caberá à CONTRATADA o fornecimento e manutenção de um DIÁRIO DE OBRA, permanentemente disponível para lançamento nos locais dos serviços, sendo que, a sua manutenção, aquisição e guarda, são de inteira responsabilidade da CONTRATADA, a qual deverá entregar, diariamente, cópia do Diário de Obra ao Engenheiro Fiscal ou Empresa responsável pela Fiscalização, designada pela CEHOP/SE.

10.3. As observações, dúvidas e questionamentos técnicos que porventura surgirem sobre a realização dos trabalhos da CONTRATADA, deverão ser anotados e assinados pela Fiscalização no Diário de Obra e aquela se obriga a dar ciência dessas anotações no próprio Livro, através de assinatura de seu Engenheiro.

10.4. Além das anotações obrigatórias sobre os serviços em andamento e os programados, a CONTRATADA deverá recorrer ao Diário de Obras, sempre que surgirem quaisquer imprevistos, alterações técnicas ou serviços imprevistos decorrentes de acidentes, ou condições especiais. Neste caso também é imprescindível a assinatura de ambas as partes no livro, como formalidade de sua concordância ou discordância técnica com o fato relatado.

10.5. Serão obrigatoriamente registrados nos Diários de Obra:

10.5.1. PELA CONTRATADA:

10.5.1.1. As condições meteorológicas prejudiciais ao andamento dos trabalhos;

10.5.1.2. As falhas nos serviços de terceiros, não sujeitas à sua ingerência;

10.5.1.3. As consultas à fiscalização;

10.5.1.4. As datas de conclusão de etapas caracterizadas de acordo com o cronograma aprovado;

10.5.1.5. Os acidentes ocorridos no decurso dos trabalhos;

10.5.1.6. As respostas às interpelações da fiscalização;

Secretaria de Estado da Agricultura,  
do Desenvolvimento Agrário e da Pesca

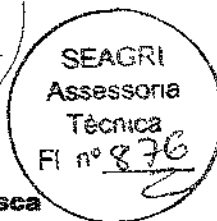
CONFERE COM ORIGINAL  
Aracaju 22/08/2017

Maria José Nunes de Sá  
Assessoria Técnica Jurídica



**GOVERNO DE SERGIPE**

**Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca**  
End. Rua Vila Cristina, 1051 CEP 49020-150 Aracaju-Sergipe, Fone: (79) 3179-4242/4208



10.5.1.7. A eventual escassez de material que resulte em dificuldades para os serviços;

10.5.1.8. Outros fatos que, a juízo da CONTRATADA, devem ser objeto de registro.

**10.5.2. PELA FISCALIZAÇÃO:**

10.5.2.1. Atestado da veracidade dos registros previstos nos subitens 10.5.1.1. a 10.5.1.8 anteriores;

10.5.2.2. Juízo formado sobre o andamento do serviço, tendo em vista as especificações, prazos e cronogramas;

10.5.2.3. Observações cabíveis a propósito dos lançamentos da CONTRATADA no Diário de Ocorrência;

10.5.2.4. Soluções às consultas lançadas ou formuladas pela CONTRATADA, com correspondência simultânea para a autoridade superior;

10.5.2.5. Restrições que lhe pareçam cabíveis a respeito do andamento dos trabalhos ou do desempenho da CONTRATADA;

10.5.2.6. Determinação de providências para o cumprimento das especificações;

10.5.2.7. Outros fatos ou observações cujo registro se torne conveniente ao trabalho de fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. Além de outras responsabilidades definidas neste contrato, a CONTRATADA obrigará-se a:

11.1.2. Após assinado o contrato de empreitada, anotá-lo no CREA/SE, conforme determina a Lei nº 5.194 de 24/12/66, e Resolução nº 307, de 28/02/86, do CONFEA.

11.1.3. Manter "Equipe de Higiene e Segurança do Trabalho" de acordo com a legislação pertinente e aprovação da CEHOP/SE.

11.1.4. A contratada é responsável pela integridade física da obra/serviço, durante toda a vigência do contrato até o recebimento pela contratante.

11.2. Manter durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação que deu origem ao presente contrato, sob pena de sua rescisão e aplicação das penalidades ora previstas.

11.3. Alocar todos os recursos necessários para se obter um perfeito fornecimento, de forma plena e satisfatória, sem ônus adicionais de qualquer natureza à contratante.

11.4. Responsabilizar-se por todas as despesas, obrigações e tributos decorrentes da execução do contrato, inclusive as de natureza trabalhista, devendo, quando solicitado, fornecer à CONTRATANTE comprovante de quitação com os órgãos competentes.

Secretário de Estado da Agricultura,  
do Desenvolvimento Agrário e da Pesca

CONFERE COM ORIGINAL  
Aracaju 22 / 08 / 2016

Maria José Nunes de Sá  
Assessoria Técnica Jurídica





**GOVERNO DE SERGIPE**

**Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca**

End. Rua Vila Cristina, 1051 CEP 49020-150 Aracaju-Sergipe, Fone: (79) 3179-4242/4205

SEAGRI  
Assessoria  
Técnica  
Fl nº 97  
2

SEAGRI  
Assessoria  
Técnica  
Fl nº 837  
2

11.5. Responsabilizar-se por eventuais multas, municipais, estaduais e federais, decorrentes de faltas por ela cometidas na execução do contrato.

11.5.1. Assumir inteira responsabilidade pelos danos que seus empregados causarem à CONTRATANTE durante a execução do contrato, hipótese em que fará a reparação devida, com o necessário ressarcimento em dinheiro, no prazo improrrogável de 30 dias, independentemente de avisos ou interpelação judicial.

11.6. A CONTRATADA não poderá transferir, total ou parcialmente o contrato, bem como subcontratar, ainda que parcialmente, a execução do seu objeto.

11.7. A contratada concede livre acesso aos documentos administrativos, aos registros contábeis e informações bancárias da empresa, referentes ao objeto contratado, para os servidores dos órgãos e entidades públicas concedentes e dos órgãos de controle interno e externo do Estado de Sergipe. (nos termos do artigo 24 da Instrução Normativa nº 006, de 10/12/2008).

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO RECEBIMENTO DA OBRA/SERVIÇO**

12.1. O recebimento dos serviços será feito pela CEHOP/SE, após a sua conclusão e verificação da sua perfeita execução, nos termos do art. 73, I, alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93.

12.1. Quando do termo de recebimento definitivo da obra serão entregues "AS BUILT" de todos os projetos, fornecidos pela CEHOP/SE ou elaborados pela contratada, em CD (desenhos, especificações, memoriais descritivos e de cálculos dos projetos complementares) e em uma via impressa, assinadas pelos projetistas e com cópia da respectiva ART – Anotação de Responsabilidade Técnica do CREA, HABITE-SE dos Serviços/Obras CONTRATADAS.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES**

13.1. Pela inexecução total ou parcial deste Contrato, a **Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca**, poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA às penalidades, sanções previstas no Decreto Estadual nº 24.912 de 20/12/2007 e na Lei nº 8.666/93, a saber:

I – advertência;

II – multa, na forma prevista neste Contrato;

III – suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 2 (dois) anos;

IV- declaração de inidoneidade para licitar.

13.2. A **Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca**, sem prejuízo da faculdade de rescindir o contrato, poderá aplicar as seguintes multas rescisórias:

- 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do serviço não realizado, ou sobre a etapa do cronograma físico de obras não cumprido;
- 10% (dez por cento) sobre o valor total ou parcial da obrigação não cumprida, com o consequente cancelamento da nota de empenho ou documento equivalente.

CONFERE COM ORIGINAL  
Aracaju 22.08.2014

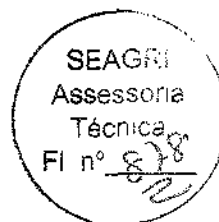
Maria José Nunes de Sá  
Assessoria Técnica Jurídica



**GOVERNO DE SERGIPE**

**Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca**

End. Rua Vila Cristina, 1051 CEP 49020-150 Aracaju-Sergipe, Fone: (79) 3179-4242/4205



13.3. As Multas, independentes e cumulativas, serão descontadas dos pagamentos, ou da garantia de execução deste Contrato, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, sendo corrigida monetariamente, de conformidade com a variação do IPCA, a partir do termo inicial, até a data do efetivo recolhimento.

13.3.1. Se as multas aplicadas forem superiores aos valores da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, que será descontada pela **Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca** dos pagamentos eventualmente devidos, ou cobrada judicialmente.

13.4. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta dentro do prazo estabelecido.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

14.1. O presente contrato poderá ser rescindido pela **Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca** nos termos do art.77 e seguintes da Lei 8.666/93.

14.1.1 A rescisão contratual ocorrida pelos motivos elencados no art.78, I à XII e XVII, da Lei 8.666/93, poderá ser feita por ato unilateral da Administração. A rescisão contratual ocorrida pelos motivos elencados nos incisos XIII à XVI, só poderá ser feita amigável ou judicialmente.

14.1.2 A CONTRATADA reconhece os direitos da Administração em caso de rescisão contratual, especialmente os estabelecidos pelo art.80 da Lei 8.666/93.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

15.1. Para a execução deste Contrato a CEHOP/SE, designará, por ato da Diretoria a que se vincula este Contrato, um Engenheiro como seu representante, com a competência de Gestor de Contrato da CEHOP/SE, que dentre outras atribuições anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços objeto deste Contrato, determinando o que for necessário a regularização das faltas ou defeitos observados.

15.1.1. Quando as decisões e as providências ultrapassarem a competência prevista no ato de designação, deverá o Gestor de Contrato da **Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca** solicitar aos seus superiores hierárquicos, em tempo hábil, a adoção das medidas convenientes.

15.2. Durante a execução deste Contrato a Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas de Sergipe - CEHOP/SE, deverá exigir da CONTRATADA seguro para garantia de pessoas e poderá exigir o seguro para garantia de bens para um bom e perfeito desenvolvimento dos trabalhos contratados, conforme o grau de criticidade da etapa de execução dos serviços objeto deste Contrato.

15.3. A anulação do procedimento licitatório, por motivo de ilegalidade induz à deste Contrato, não gerando obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no art. 59 da Lei 8.666/93.

15.3.1. A declaração de nulidade deste Contrato opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os que porventura já tenha produzido.

Secretário de Estado da Agricultura,  
do Desenvolvimento Agrário e da Pesca

CONFERE COM ORIGINAL  
Aracaju 22/08/2014

Maria José Nunes de Sá  
Assessora Técnica Jurídica



**GOVERNO DE SERGIPE**

**Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca**

End. Rua Vila Cristina, 1051 CEP 49020-150 Aracaju-Sergipe, Fone: (79) 3179-4242/4205



15.3.2. A nulidade não exonera a **Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca**, do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

15.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Contrato, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento, só se iniciando e se vencendo os prazos referidos neste Contrato em dia de expediente da **Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca**, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO CONTRATUAL**

16.1. As partes elegem o Foro da Comarca de Aracaju, Capital do Estado de Sergipe, com exclusão de quaisquer outros por mais privilegiado que seja, para dirimir as dúvidas e/ou conflitos oriundos de sua execução.

Assim, estando justos e pactuados, assinam as partes este TERMO DE CONTRATO, em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito jurídico e legal, na presença das testemunhas adiante nomeadas e assinadas.

Aracaju(SE), 13 de dezembro de 2018.

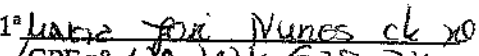
  
**MARIA ROSILENE BEZERRA RODRIGUES**


Secretaria de Estado da Agricultura,  
Desenvolvimento Agrário e da Pesca

  
**ARLEI ROGERIO DE SÁ**

Sócio Administrador da Construtora Santana Ltda

**TESTEMUNHAS:**

1ª   
CPF nº 170.474.635-34

2ª   
CPF nº 002.279.115-98

Secretário de Estado da Agricultura,  
do Desenvolvimento Agrário e da Pesca

CONFERE COM ORIGINAL  
Aracaju 22/08/2014

  
**Maria José Nunes de Sá**  
Assessoria Técnica Jurídica

VALBERTO DE OLIVEIRA LIMA  
Secretário de Estado da Saúde - SES

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**EXTRATO DE 1ª REVISÃO TRIMESTRAL -  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 525/2018 - SES**

**Objeto:** 1ª Revisão Trimestral da Ata de Registro de Preços 525/2018 para Aquisição de Material Médico Hospitalar para a Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado da Saúde, oriunda do PE nº 096/2018.  
**Base Legal:** Lei nº 8.666/93, § 2º, do art. 15.  
**Órgão Gerenciador:** Secretaria de Estado da Saúde - SES/SE  
**Resultado:** O ESTADO DE SERGIPE, através da Secretaria de Estado da Saúde - SES/SE e da sua Coordenação de Contratos Administrativos, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata, conforme especificações do Edital e seus anexos. Aracaju - SE, 08 de dezembro de 2018.

VALBERTO DE OLIVEIRA LIMA  
Secretário de Estado da Saúde - SES

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**EXTRATO DE 1ª REVISÃO TRIMESTRAL -  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 528/2018 - SES**

**Objeto:** 1ª Revisão Trimestral da Ata de Registro de Preços 528/2018 para Aquisição futura e eventual de MMH da SAMU - Plano Anual 2016, oriunda do PE nº 093/2018.  
**Base Legal:** Lei nº 8.666/93, § 2º, do art. 15.  
**Órgão Gerenciador:** Secretaria de Estado da Saúde - SES/SE  
**Resultado:** O ESTADO DE SERGIPE, através da Secretaria de Estado da Saúde - SES/SE e da sua Coordenação de Contratos Administrativos, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata, conforme especificações do Edital e seus anexos. Aracaju - SE, 05 de dezembro de 2018.

VALBERTO DE OLIVEIRA LIMA  
Secretário de Estado da Saúde - SES

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**EXTRATO DE 1ª REVISÃO TRIMESTRAL -  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 529/2018 - SES**

**Objeto:** 1ª Revisão Trimestral da Ata de Registro de Preços 529/2018 para Registro de preço para Aquisição futura e eventual de MMH do SAMU - Plano Anual 2016, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado da Saúde, oriunda do PE nº 093/2018.  
**Base Legal:** Lei nº 8.666/93, § 2º, do art. 15.  
**Órgão Gerenciador:** Secretaria de Estado da Saúde - SES/SE  
**Resultado:** O ESTADO DE SERGIPE, através da Secretaria de Estado da Saúde - SES/SE e da sua Coordenação de Contratos Administrativos, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata, conforme especificações do Edital e seus anexos. Aracaju - SE, 05 de dezembro de 2018.

VALBERTO DE OLIVEIRA LIMA  
Secretário de Estado da Saúde - SES

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**EXTRATO DE 1ª REVISÃO TRIMESTRAL -  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 533/2018 - SES**

**Objeto:** 1ª Revisão Trimestral da Ata de Registro de Preços 533/2018 para Aquisição futura e eventual de MMH do SAMU - Plano Anual 2018, oriunda do PE nº 083/2016.  
**Base Legal:** Lei nº 8.666/93, § 2º, do art. 15.  
**Órgão Gerenciador:** Secretaria de Estado da Saúde - SES/SE  
**Resultado:** O ESTADO DE SERGIPE, através da Secretaria de Estado da Saúde - SES/SE e da sua Coordenação de Contratos Administrativos, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata, conforme especificações do Edital e seus anexos. Aracaju - SE, 05 de dezembro de 2018.

VALBERTO DE OLIVEIRA LIMA  
Secretário de Estado da Saúde - SES

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**Objeto:** 1ª Revisão Trimestral da Ata de Registro de Preços 536/2018 para Aquisição futura e eventual de MMH do SAMU - Plano Anual 2018, oriunda do PE nº 093/2018.  
**Base Legal:** Lei nº 8.666/93, § 2º, do art. 15.  
**Órgão Gerenciador:** Secretaria de Estado da Saúde - SES/SE  
**Resultado:** O ESTADO DE SERGIPE, através da Secretaria de Estado da Saúde - SES/SE e da sua Coordenação de Contratos Administrativos, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata, conforme especificações do Edital e seus anexos. Aracaju - SE, 05 de dezembro de 2018.

VALBERTO DE OLIVEIRA LIMA  
Secretário de Estado da Saúde - SES

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**EXTRATO DE 1ª REVISÃO TRIMESTRAL -  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 540/2018 - SES**

**Objeto:** 1ª Revisão Trimestral da Ata de Registro de Preços 540/2018 para Registro de preço para Aquisição materiais médico hospitalares - Parte I, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado da Saúde, oriunda do PE nº 118/2018.  
**Base Legal:** Lei nº 8.666/93, § 2º, do art. 15.  
**Órgão Gerenciador:** Secretaria de Estado da Saúde - SES/SE  
**Resultado:** O ESTADO DE SERGIPE, através da Secretaria de Estado da Saúde - SES/SE e da sua Coordenação de Contratos Administrativos, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata, conforme especificações do Edital e seus anexos. Aracaju - SE, 08 de dezembro de 2018.

VALBERTO DE OLIVEIRA LIMA  
Secretário de Estado da Saúde - SES

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**EXTRATO DE 1ª REVISÃO TRIMESTRAL -  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 541/2018 - SES**

**Objeto:** 1ª Revisão Trimestral da Ata de Registro de Preços 541/2018 para Registro de preço para Aquisição materiais médico hospitalares - Parte I, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado da Saúde, oriunda do PE nº 118/2018.  
**Base Legal:** Lei nº 8.666/93, § 2º, do art. 15.  
**Órgão Gerenciador:** Secretaria de Estado da Saúde - SES/SE  
**Resultado:** O ESTADO DE SERGIPE, através da Secretaria de Estado da Saúde - SES/SE e da sua Coordenação de Contratos Administrativos, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata, conforme especificações do Edital e seus anexos. Aracaju - SE, 06 de dezembro de 2018.

VALBERTO DE OLIVEIRA LIMA  
Secretário de Estado da Saúde - SES

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**EXTRATO DE 1ª REVISÃO TRIMESTRAL -  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 542/2018 - SES**

**Objeto:** 1ª Revisão Trimestral da Ata de Registro de Preços 542/2018 para Registro de preço para Aquisição materiais médico hospitalares - Parte I, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado da Saúde, oriunda do PE nº 118/2018.  
**Base Legal:** Lei nº 8.666/93, § 2º, do art. 15.  
**Órgão Gerenciador:** Secretaria de Estado da Saúde - SES/SE  
**Resultado:** O ESTADO DE SERGIPE, através da Secretaria de Estado da Saúde - SES/SE e da sua Coordenação de Contratos Administrativos, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata, conforme especificações do Edital e seus anexos. Aracaju - SE, 06 de dezembro de 2018.

VALBERTO DE OLIVEIRA LIMA  
Secretário de Estado da Saúde - SES

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**EXTRATO DE 1ª REVISÃO TRIMESTRAL -  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 545/2018 - SES**

**Objeto:** 1ª Revisão Trimestral da Ata de Registro de Preços 545/2018 para Registro de preço para Aquisição materiais médico hospitalares - Parte I, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado da Saúde, oriunda do PE nº 118/2018.  
**Base Legal:** Lei nº 8.666/93, § 2º, do art. 15.  
**Órgão Gerenciador:** Secretaria de Estado da Saúde - SES/SE  
**Resultado:** O ESTADO DE SERGIPE, através da Secretaria de Estado da Saúde - SES/SE e da sua Coordenação de Contratos Administrativos, torna público, que não houve alteração de

VALBERTO DE OLIVEIRA LIMA  
Secretário de Estado da Saúde - SES

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

**EXTRATO DE 1ª REVISÃO TRIMESTRAL -  
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 565/2018**

**Objeto:** 1ª Revisão Trimestral da Ata de Registro de Preços 565/2018 para Registro de preço para Aquisição futura de MMH, visando atender as necessidades da Secretaria de Estado da Saúde, oriunda do PE nº 137/2018.  
**Base Legal:** Lei nº 8.666/93, § 2º, do art. 15.  
**Órgão Gerenciador:** Secretaria de Estado da Saúde - SES/SE  
**Resultado:** O ESTADO DE SERGIPE, através da Secretaria de Estado da Saúde - SES/SE e da sua Coordenação de Contratos Administrativos, torna público, que não houve alteração de valores e ficam MANTIDOS os preços registrados na presente Ata, conforme especificações do Edital e seus anexos. Aracaju - SE, 08 de dezembro de 2018.

VALBERTO DE OLIVEIRA LIMA  
Secretário de Estado da Saúde - SES

**Agricultura e do Desenvolvimento Rural**

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PISCICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

**EXTRATO DO 8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 03/2018, INCLUSIVE CONTRATANTE: SEAGRI**

CONTRATADA: ANKORA COMÉRCIO DE IMPORTAÇÕES LTDA-ME

**CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:**

O presente Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2018, em 03 de abril de 2018, tem por finalidade a inclusão do item de INSALUBRIDADE, em 40% na planilha do CD 03/2018, a partir de 07 de dezembro de 2018 de os Pareceres da Procuradoria Geral do Estado nºs 118/2018 e 666/2018 Fls 111/verso, Ofício nº SEPLAG de fls. 121 e Ofício nº 1324/2018-SEPA Fls. 139, com base legal no Art. 65 inciso II alínea "a" da Lei nº 8.666/93 e art. 184 da CLT e Súmula 448 do TST, e custo SEPLAG fls 124/125, que fazem parte deste Termo Aditivo independente de sua transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES E PAGAMENTO:**

Por força do presente aditamento, o Contrato firmado em 14 de abril de 2018, passa do valor de R\$ 7.178,52 (sete mil, cento e setenta e oito reais e 52 centavos), para o valor mensal de R\$ 8.1 mil, oitocentos e vinte e cinco reais e oitenta e quatro centavos e o Valor Total anual de R\$ 98.142,24 (noventa e oito mil, cento e quarenta e dois reais e vinte e quatro centavos) para o Valor Total anual de R\$ 94.968,04 (noventa e quatro mil, novecentos e sessenta e oito reais e quatro centavos) conforme planilhas da SEPLAG.

MARIA ROSILENE BEZERRA RODRIGUES  
Secretária da SEAGRI

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, PISCICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

**AGRÁRIO E DA PESCA**

**EXTRATO DO CONTRATO Nº 04/2018**

1) Processo Administrativo nº 026.3d1.00455/2018-4; 2) Contrata: SEAGRI; 3) Contratada: Construtora Sanian; 4) Objeto: Construção do Centro Social de Reforma Assentamento Catia Prado, município de Estância/Global R\$ 220.727,83; 5) Vigência do Contrato: contados a partir da assinatura do Contrato e 1) EXECUÇÃO: 120 (cento e vinte) dias, a partir de e ordem de serviço; 7) Nº Nota de Empenho 2018/11 data da assinatura do Contrato 13/12/2018.

MARIA ROSILENE BEZERRA RODRIGUES  
SECRETÁRIA/SEAGRI

**Infra-Estrutura e do Desenvolvimento Energético Sustentável**

GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

**RESULTADO DO CONVITE Nº 04/2018**

**OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SANTA ROSA

**EMPRESA VENCEDORA:** LUIZ ENGENHARIA SA AMBIENTE EIRELI - EPP

**VALOR:** R\$ 24.673,75 (vinte e quatro mil seiscentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos)

**PRazo DE EXECUÇÃO:** 30 (trinta) dias;  
**HOMOLOGADA:** 17/12/2018

Aracaju, 17 de dezembro de 2018.  
Manoel Alfredo Santos Lima



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA PESCA**  
End. Rua Vila Cristina nº 1051 CEP 49020-150, Aracaju-Sergipe, Fone: (79) 3179-4205

**1º - TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2018**

QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA PESCA – SEAGRI E A FIRMA CONSTRUTORA SANTANA LTDA - EPP

**QUALIFICAÇÃO DA CONTRATANTE**

<b>GOVERNO DE SERGIPE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA PESCA-SEAGRI, ÓRGÃO INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DE SERGIPE.</b>		
<b>ENDEREÇO:</b> RUA VILA CRISTINA Nº 1051, BAIRRO SÃO JOSÉ	<b>CIDADE:</b> ARACAJU	<b>UF.:</b> SERGIPE
<b>CNPJ/ME:</b>	Nº 13.128.798/0024-90	
<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b> <b>SECRETÁRIO</b>	<b>NOME:</b> ANDRÉ LUIZ BOMFIM FERREIRA	
<b>ESTADO-CIVIL:</b> SOLTEIRO	<b>PROFISSÃO:</b> ENGº AGRÔNOMO	
<b>CPF N.º</b> 002.279.115-98	<b>RG N.º</b> 056407785-2-SSP/BA	

**QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA**

<b>RAZÃO SOCIAL:</b>	<b>CONSTRUTORA SANTANA LTDA-EPP</b>
<b>ENDEREÇO:</b>	<b>RUA ANÁLIA PINHA DE ASSIS Nº 112, BAIRRO , LUZIA, ARACAJU/SE CEP: 49.045-770</b>
<b>TELEFONE:</b>	<b>(79) 3243-0422 / (79) 98822-9040 / (79) 99607-7293</b>
<b>Nº DO CNPJ:</b>	<b>20.973.575/0001-06</b>
<b>REPRESENTANTE LEGAL:</b>	<b>ARLEI ROGERIO DE SÁ – Sócio Administrador</b>
<b>Nº DO CPF:</b>	<b>983.578.911-87</b>
<b>Nº DA CART. IDENTIDADE:</b>	<b>3.071.683-7– SSP/SE</b>

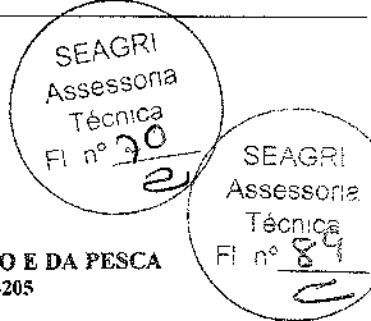
Celebram o 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2018, firmado em 13 de dezembro de 2018, com o objetivo de **supressão ao valor e prorrogação de prazo de vigência e de execução**, conforme solicitação efetuada através do Ofício nº 491/2019-CEHOP, da lavra do Sr. Diretor Presidente daquela Companhia, fiscal do referido Contrato, conforme Termo de Cooperação Técnica 002/2018.

HomePage: <http://www.sagri.se.gov.br>

Secretário de Estado da Agricultura,  
do Desenvolvimento Agrário e da Pesca

CONFERE COM ORIGINAL  
Aracaju 22.08.2019

Maria José Nunes de Sá  
Assessoria Técnica Jurídica



**GOVERNO DE SERGIPE**  
**SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA PESCA**  
End. Rua Vila Cristina nº 1051 CEP 49020-150, Aracaju-Sergipe, Fone: (79) 3179-4205

**CLAUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO**

O presente Instrumento tem por objeto modificar, com base no artigo 65§ 1º da Lei 8666/93, a cláusula segunda do contrato acima identificado - **CLAUSULA SEGUNDA – PREÇO**, para suprimir o valor global do referido contrato, passando de R\$ 220.727,83 (duzentos e vinte mil, setecentos e vinte e sete reais e oitenta e três centavos) para R\$ 215.306,01 (duzentos e quinze mil, trezentos e seis reais e hum centavo) conforme Justificativa Técnica em anexo, consubstanciado no Parecer Nº 3765/2019 da Procuradoria Geral do Estado-PGE.

**CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO**

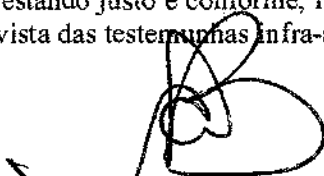
Tem ainda por objeto o presente instrumento, aditar a **CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO**, do Contrato nº 04/2018, de 13/12/2018, prorrogando o prazo de vigência por mais 02 (dois) meses a partir de 13 de agosto de 2019 até 13 de outubro de 2019 e o prazo de execução em mais 60(sessenta) dias a partir de 08 de julho de 2019 até 06 de setembro de 2019, conforme Justificativa Técnica em anexo e com base no artigo 57, § 1º, I e IV da lei 8666/93.

**CLAUSULA TERCEIRA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS**

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas do Contrato Nº 04/2018, contratado sob o Regime de Empreitada Por Preço Unitário, para a execução da Construção do Centro Social de Reforma Agrária no Assentamento Caio Prado, Município de Estância/SE, nos termos do Projeto Básico – ANEXO I do Edital.

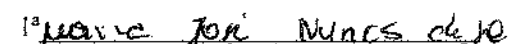
E assim, estando justo e conforme, firmam as partes, o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual forma e teor, à vista das testemunhas infra-assinadas.

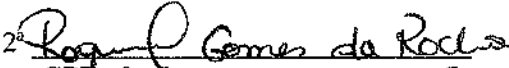
Aracaju(SE), 05 de julho de 2019.

  
**ANDRÉ LUIZ BOMFIM FERREIRA**  
Secretário de Estado da Agricultura,  
Desenvolvimento Agrário e da Pesca

  
**ARLEI ROGÉRIO DE SÁ**  
Sócio Administrador da Construtora Santana Ltda

**TESTEMUNHAS:**

1ª   
CPF nº 110.474.635-34

2ª   
CPF nº 044.196.305-66

Secretário de Estado da Agricultura,  
do Desenvolvimento Agrário e da Pesca

CONFERE COM ORIGINAL  
Aracaju 22/08/2019



**GOVERNO DE SERGIPE**

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA PESCA

End. Rua Vila Cristina nº 1051 CEP 49020-150, Aracaju-Sergipe, Fone: (79) 3179-4205

**PLANILHA DE PREÇOS – CONTRATO Nº 04/2018**

**1º TERMO ADITIVO**

Em cumprimento ao disposto no Parecer 3765/2019 segue planilha de preços contratada com a supressão pretendida de 24,15% do contrato 04/2018, assinado entre a SEAGRI – Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca e a Construtora Santana Ltda EPP.

**PLANILHA DE PREÇOS**

<i>Prestação de Serviço</i>	<i>Valor total Contratado</i>	<i>Valor Total com a Supressão</i>	<i>% de Redução do Contrato</i>
Construção do Centro Social de Reforma Agrária no Assentamento Caio Prado, município de Estância.	RS 220.727,83	RS 215.306,01	24,15%

Aracaju, 05 de julho de 2019.

**ANDRÉ LUIZ BOMFIM FERREIRA**  
Secretário de Estado

Secretário de Estado da Agricultura,  
do Desenvolvimento Agrário e da Pesca

CONFERE COM ORIGINAL  
Aracaju, 21/08/2019



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

Aprovo o Parecer,  
Encaminhe-se,  
Aracaju, 4/3/19

Eduardo José Cabral de Melo Filho  
Chefe da Procuradoria Especial de Atos e Contratos  
OAB/SE 4.180

SEAGRI  
Assessoria  
Técnica  
Fl nº 72  
2

Parecer n.º: 3765/2019- PGE  
Processo n.º: 026.301.00135/2019-1  
Origem: Secretaria de Estado da Agricultura,  
Desenvolvimento Agrário e da Pesca - SEAGRI  
Assunto: Aditivo de prorrogação e supressão de valor  
Interessados: SEAGRI/Construtora Santana Ltda  
Destino: Secretaria de Estado da Agricultura,  
Desenvolvimento Agrário e da Pesca - SEAGRI

PRIMEIRO TERMO ADITIVO.  
SUPRESSÃO DE VALOR  
CONTRATUAL JUSTIFICATIVA  
TÉCNICA. COMPLEMENTAÇÃO.  
ART. 58, I E 65, I, "B",  
DA LEI Nº 8.666/93.  
ALTERAÇÃO QUANTITATIVA  
EXIGE COMPROVAÇÃO DE  
FATOS QUE A ENSEJAM.  
ATENÇÃO AO LIMITE LEGAL.  
JOGO DE PLANILHA.  
ENTENDIMENTO DO TCU.  
PRORROGAÇÃO. CONTRATO  
POR ESCOPO.  
POSSIBILIDADE SOMENTE SE  
AFASTADA CULPA EXCLUSIVA  
DA CONTRATADA PELA  
MOROSIDADE NA EXECUÇÃO  
DA OBRA OU SERVIÇO.  
TERMO DE COOPERAÇÃO  
TÉCNICA. PRORROGAÇÃO.

Secretário de Estado da Agricultura  
e do Desenvolvimento Agrário e da Pesca

CONFERE COM ORIGINAL  
Aracaju 22/08/2019

I - RELATÓRIO

Cuida-se de solicitação de análise e emissão de parecer sobre pedido de prorrogação do prazo de vigência em mais 02 (dois) meses e de execução em mais 60 (sessenta) dias e supressão de R\$ 5.421,82 no contrato nº 004/2018, firmado pela Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca - SEAGRI e Construtora

Maria José Nunes  
Assessoria Técnica J







89  
que

**ESTADO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

Ora, a justificativa técnica de fls.03/04, da engenheira Elide Teixeira Silveira, não menciona percentual de supressão, o que deve ser providenciado. A minuta diz que o valor do contrato passa de R\$ 220.727,83 para 215.306,01. Portanto, sem nenhuma adição de valor, e assim será analisada a referida minuta. A supressão deve ser dentro dos limites legais. Assim, cabe a SEDURBS elaborar planilha com os respectivos valores e percentuais, na forma dos limites acima. Caso ultrapasse 25%, abstenha-se a Secretaria de formalizar o aditivo, unilateralmente.

A justificativa também menciona supressão de serviços, diante da "retirada de calhas, rufos e drenagem", mas fala em "outros aditados", sem dizer quais e valores. Enfim, sigo a minuta que trata somente de supressão. Havendo acréscimo, como parece, deve ser elaborada nova minuta conforme este parecer.

Ato contínuo, a pretensão, me parece, é de adição e supressão no contrato, decorre de iniciativa da própria SEDURBS, isto é, alteração unilateral pela administração, vez que nada consta a pedido da empresa.

Quer dizer, a meu ver, a situação é prevista no artigo 65, I, "b", da Lei nº 8.666/93, que denomina a alteração de quantitativa, respaldada no artigo 58, I, da citada lei.

De logo, cumpre lembrar que não pode a administração pública simplesmente alterar, unilateralmente o contrato por qualquer motivo, **atingindo e/ou alterando seu objeto, sob pena de burla a licitação**. É necessário verificação dos motivos técnicos em cada caso concreto, nem serve a falta ou erro de planejamento como justificativa para alteração de natureza qualitativa ou quantitativa.

No presente caso, tendo a iniciativa partido da própria contratante, realmente independe da concordância do contratado, podendo, em tese, ser feito acréscimo ou supressão no contrato, a qualquer tempo, desde que não ultrapasse o limite de 25% do valor inicial atualizado do contrato; e no caso de reforma de edifício até o limite de 50% para os acréscimos, mantidas as demais condições do contrato. Desde que este e outros aditivos ultrapasse o limite citado e não haja maiores explicações para a

V:\Arquivos\Contratos\Procuradoria\Elide Teixeira Silveira\2019\Aditivo prorrogação supressão manutenção V202010131570171.doc

Página 3 de 8

Praça Olímpio Campos, nº 14, Centro, Aracaju - SE - CEP 49010-040

Tel.: (79) 3179-7600 - [www.pge.se.gov.br](http://www.pge.se.gov.br)

Secretaria de Estado de Agricultura,  
Desenvolvimento Agrário e da Pesca

CONFERE COM ORIGINAL  
Aracaju 22/08/2019

Maria José Nunes de Sá  
Assessoria Técnica Jurídica



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

pretensa alteração, deve ser tido como ilegal o aditivo, cabendo a Secretaria abster-se de convolar o ajuste. Fica o alerta.

No mais, o percentual de acréscimo e supressão deve ser calculado sobre o valor inicial do contrato atualizado.

Sim, a meu ver, não restou completamente justificado. A supressão e adição deve ser devidamente justificada. Demonstrada a necessidade de alteração técnica que melhora a qualidade e a segurança da obra. Ou seja, alteração dos itens da planilha orçamentária para atender os projetos, necessitam de justificativa. Não ficando claro, a meu ver, se realmente é simples adequação técnica. De sorte que, repito, não restou demonstrado os fato(s) que realmente levou a administração a optar pela alteração quantitativa. O que levou a tal necessidade de ajuste? Houve falha ou erro no projeto? Qual motivo do tratamento distinto do que foi ajustado inicialmente? Tudo isso deve ser enfrentado e esclarecido, além de documentado nos autos, inclusive para fins de eventual ressarcimento ao erário estadual.

Aliás, também lembro Despacho Motivado nº 4345/2017 - 4º aditivo, que os serviços ou materiais não previstos na planilha de composição de custos original (edital), os mesmos deverão ser cotados segundo os preços constantes de tabela específica para as obras estaduais ou federais, dependendo da origem dos recursos (estadual ou federal), aplicando-se sobre elas o mesmo percentual de desconto proposto pela empresa contratada em relação ao valor global orçado da contratação.

No mais, em se tratando de nova demanda, na forma do artigo 65, I, "b", c/c art. 58, I, da Lei nº 8.666/93, deve a justificativa, esclarecer o motivo técnico (fatores que discrepam de sua previsão inicial e a impedem de cumprir o projeto como estudado e aprovado), e que a levou a alterar o projeto inicial.

Sim, deve ser elaborada planilha com percentuais até agora alterados (outros aditivos), se houver, e sobre o valor inicial do contrato atualizado, para fins de verificação do percentual dito no artigo 65,

Secretaria de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário e do Roraima

CONFERE COM ORIGEM  
Aracaju 22/08/2017

Prof. José Nunes de Sá  
Assessoria Técnica Jurídica



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



§§ 1º e 2º, II, da Lei nº 8.666/93, de forma clara e objetiva

Agora, quanto a prorrogação do prazo de vigência em mais dois meses e de execução por mais sessenta dias, a justificativa técnica de fls.03/4, antes citada, alega como motivação para a prorrogação os fatos relatados quanto da ~~adição~~ e ~~supressão~~ (acréscimo e supressão de serviços).

Aliás, por cautela, trago decisão do Tribunal de Contas da União nº 732/1999 - Plenário - Voto do Min. Relator Bento Bugarin, em se tratando de contrato por escopo. Vejamos:

"No entanto, a meu ver, inexistindo motivos para sua rescisão ou anulação, a extinção de contrato pelo término de seu prazo somente se opera nos ajustes celebrados por tempo determinado, nos quais o prazo constitui elemento essencial e imprescindível para a consecução ou eficácia do objeto avençado, o que não é o caso do contrato firmado pelo DER/MG, no qual a execução da obra é o seu objetivo principal. Dessa forma, não havendo motivos para a cessação prévia do ajuste, a extinção do contrato firmado com o DER/MG operar-se-ia apenas com a conclusão de seu objeto e recebimento pela Administração, o que ainda não ocorreu".

Logo, qualquer contrato que tenha como objeto a realização de obra, elaboração de projeto ou compra de equipamento, o mesmo somente atinge seu termo final com a conclusão do objeto contratado.

Pois bem, consta que o contrato não sofreu uma prorrogação anteriormente. Assim, fica também este parecer condicionado ao atendimento das recomendações feitas no anterior parecer que analisou a contratação, que passa a ser parte integrante desta peça.

De logo, cumpre esclarecer que o Secretário de Estado da Agricultura, adotou como lastro para sua solicitação as justificativa de fls.03/04, que deve ser aceita e ratificada expressamente pela autoridade gestora da SEAGRI e que encaminhou o termo aditivo. Logo, é de inteira responsabilidade do gestor os motivos vinculantes

Secretário de Estado da Agricultura,  
do Desenvolvimento Agrário e da Pesca

CONFERE COM ORIGINAL  
Aracaju 22/08/2019

Maria José Nunes de Sá  
Assessoria Técnica Jurídica



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
PROCURADORIA ESPECIAL DDS ATOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

para fins de eventual prorrogação da execução e vigência do contrato.

O contrato por escopo ou desde que ainda vigente, em tese, pode ser prorrogado o prazo de execução e vigência, quando atendidos aos requisitos do artigo 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93, isto é, enquadre-se em um dos motivos listados nos incisos I a VI do citado dispositivo, cabendo a Secretaria verificar tecnicamente se realmente a situação fática atende algum dos dispositivos, inclusive afastando eventual demora nas obra/serviços de construção do centro social, por culpa exclusiva da contratada, pois se assim for, deve ser rescindido o contrato e penalizada a contratada judicialmente e administrativamente, o que por si só inviabiliza o presente aditivo. Agora, se houver possibilidade técnica para o enquadramento acima referido é legal a pretensão, com comprovação de que há ajuste anterior com o município para a realização das obras, como Termo de Cooperação, por exemplo.

Ademais, deve a Secretaria comprovar sua justificativa documentalmente, até porque a decisão sobre prorrogação é da administração, dentro do seu poder discricionário, após enquadramento em um dos motivos listados no artigo 57, §, incisos I a VI, da Lei nº 8666/93.

Nesse sentido, em verbete editado pelo Conselho Superior da Advocacia Geral do Estado, ao apreciar o processo nº 010.000.00501/2015-3, Ata da 143ª R.E de 14.04.2016, foi decidido que:

"66 - CONTRATO ADMINISTRATIVO. OBRA PÚBLICA. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO QUANTO A SUA DIMENSÃO. A extensão do elastecimento do prazo de execução de contrato administrativo com fundamento no art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/93 deve ser devidamente motivada pela Administração Pública, a qual deve levar em conta o prazo previsto em edital para entrega do objeto contratado". (grifei)

Destarte, considerando que eventual prorrogação da execução e vigência do contrato decorre de situação acontecida após a contratação (art.57, §1º, I a VI, da Lei nº 8.666/93), evidentemente não poderia haver previsão no edital.

Secretário de Estado da Agricultura,  
do Desenvolvimento Agrário e da Pesca

CONFERE COM ORIGINAL  
Aracaju 22/07/2014

Maria José Nunes da Sâ  
Assessoria Técnica Jurídica





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

exigências iniciais deste parecer, exaustivamente. A justificativa deve ser previamente aprovada pela autoridade responsável, se com ela concordar, obviamente. De qualquer forma, este parecer é condicionado ao atendimento da decisão do TCU, inicialmente referida. A prorrogação é possível se afastada culpa exclusiva da contratada pela demora na conclusão da obra.

Este é o parecer.

Submeto as presentes considerações a superior apreciação.

Aracaju, 03 de julho de 2019

*Wellington Mates do O*  
Wellington Mates do O  
Procurador do Estado

Secretário de Estado da Agricultura,  
do Desenvolvimento Agrário e da Pesca

CONFERE COM ORIGINAL  
Aracaju

22/08/2019

*Maria José Nunes de Sá*  
Assessoria Técnica Jurídica





## EXTRATO DE CONTRATO Nº 6/2019/SEINF

ESPECIE: PROCESSO Nº 820601.004492/2018-80, Firmado em 17 de julho de 2019, descritos no Edital de Concorrência nº 045/2018, a Empresa, ENGECEL ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 06.965.000/15, e a LÍQUIDA PRIMEIRA - DO OBJETO: O presente instrumento tem

ESPECIE: PROCESSO Nº 820601.004492/2018-80, Firmado em 17 de julho de 2019, descreitos no Edital de Concursância nº 045/2018, a empresa, ENGECOR ENGENHARIA LTDA CNPJ: 07.856.263/0001-55, CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXATIDÃO DOS SERVIÇOS DE REFORMA DO BLOCO B (PSNEMIOLOGIA E INFECTOLOGIA) DO HOSPITAL GERAL DE PORAÍMA - HGR, conforme Edital, seus Anexos e Proposta de CONTRATAÇÃO, que cessará quando não ocorrerem Acidentes CLÍNICOS A QUARTA.

**PRAZO:** O prazo para a execução da obra/serviço, objeto deste Contrato, será de 120 dias corridos, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço (licença e vintê) dias, contadas a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - O prazo de conclusão para execução dos serviços de que trata este contrato é de 120 dias corridos, contados a partir da data da emissão da Ordem de Serviço.

esta cláusula poderá ser prorrogada, nos termos dos parágrafos 1º e 2º, do artigo 57, do Lei n.º 8.666/93. PARÁGRAFO SEGUINDO - No caso de garantia ter sido prestada em modalidade de Seguro-Garantia, a prorrogação estará condicionada à sua vigência, que não deverá ter seu prazo final inferior a 90 (noventa) dias. CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

**SEXTA - DO PREÇO:** Dá-se a este Contrato o valor de R\$ 1.085.306,25 (Um milhão, oitenta e cinco mil, trezentos e seis reais e vinte e cinco centavos), representando o preço global a ser pago pelo CONTRATANTE.

e Cinco Mil, Trezentos e Dite Reais e Vinte e Cinco Centavos", referente ao preço global do obra/serviço previsto na Cláusula Primeira. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO RECURSO

FINANÇEIROS: Pelos pagamentos devidos em razão da execução da obra/serviço, objeto deste Contrato, responderão os recursos do Programa 10.302.078.2370 - Elemento e Despesa 33.90.39, fonte 108: Empenho nº 20061.0001.19.00913-0, tipo: global datado de 28 de junho de 2019, no valor de R\$ 1.085.306,25 (um milhão, oitenta e cinco mil, trezentos e seis reais e vinte e cinco centavos).

trezentos e oito reais, noventa e cinco centavos, SIGNATÁRIOS: Cecília Smith Lorenzato, Secretária de Saúde/SESAU e Edison Damilão Lima, Secretário de Estado ;  
Infraestrutura/SEINF como contratante Quefren Márcia De Castro Páccino, Sócio Administrativo pela empresa Contratada.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE SANTA  
CATARINA/SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA  
SANTA CATARINA

RESULTADO DA HABILITAÇÃO  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 75/SIC/2018

A Comissão Permanente de Licitação das Obras e Serviços de Engenharia da Secretaria de Estado Administração Regional Socioeducativa, torna público o julgamento da documentação relativa à concorrência pública nº 075/SC/2018, cuja Objeto é a: "Realização de Projeto de Engenharia Regional de Jorillville", decidu por: Habilitar as empresas: Construtora Solo Ltda., Engenh Soluções de Engenharia Eireli E.S. Construções Ltda.; solver Construtora e Incorporadora Ltda., CDA Engenharia Eireli; WDF Serviços Eireli e Construtora e Incorporadora Squadra Ltda., nos termos do edital, Minrar para a dia 11 de julho de 2019 às 15h a abertura do envelope de Proposta de Preços.

Florianópolis, 23 de junho de 2019.  
A COMISSÃO

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
CEHOP - COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO E OBRAS  
PÚBLICAS

AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2019

**OBJETO:** Execução dos Serviços de Insuflações de Combate a Incêndio e SPOA do Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe - IPTS, em Aracaju-SE. Data: 12 de agosto de 2019. Hora: 08h49. Tipo: Menor Preço. Modalidade de Execução: Empreitada por Preço Unitário. Valor Máximo da Licitação: R\$ 256.119,17. Prazo de Vigência: 36 (trinta e seis) meses. Edital nº 31.2019/122.0039. Fonte de Recurso: 0224. Processo Jurídico: Edikat: 044/2019-IPTS, de 12/07/2019. Elemento de Despesa: 3.90.39.00. Projeto/Atividade: 0535. Regência Legal: Lei Federal nº 8.666/93, de 21/06/91 revisada e atualizada, Lei Federal nº 10.592, de 14/02/2001, Lei Complementar nº 128/05, de 14/12/06, alterada pela Lei Complementar nº 127, de 14/09/07, Lei Estadual nº 6.206, de 24/08/07, Decreto Estadual nº 24.912, de 20/12/2007, Lei Estadual nº 5.834, de 02/01/2006 e Lei Estadual nº 7.125, de 25/03/14. Informações: Avenida Adelfo Franco nº 3.095 - D.A. Lapa. Fone: (79) 3718-4103 e Fax: (79) 3218-4089. Site: www.zenop.org.br.

Aracaju-SE, 13 de julho de 2019.  
MARIA DAS GRAÇAS FREITAS CARDOSO,  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

## COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE

## EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Acordo de cooperação técnica nº 06/2019 // Base Legal: 13.303 P/LC/DESO // Cooperação  
DESO // Cooperado: MUNICÍPIO DE TOBIAS BARRETO // Objeto: Estabelecimento de  
parceria, visando a implementação de ações conjuntas que assegurem a realização de  
serviços de reposição de pavimentação. // Preço: R\$52,51p/m² (paralelepípedo) R\$  
74,57p/m² (asfalto) // 12 meses.

### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n° 090/2019 // Base Legal: 13.303/2015 // Contratante: DESO // Contratado: SERVESCIN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES EIRELI. // Objeto: Execução de obras na área de Centro de reservação 82: Muro e Guarita. // R\$ 214.675,97 // 60 dias. // Receita Própria.

EXTRATO DE FERRO E AZÚCAR

L\* Aditivo Contrato n° 50/2019 //Contratante: DESD //Contratado: ESTRUTURAL //Objeto:  
Alterar o PREÇO: 49,89% (Acréscimo). Prazo para o PRAZO: 50 dias.

WELLINGTON FEITOZA DOS SANTOS  
Pregoeira

EXTRATO DE RESCISÃO

## SECRETARIA DE ESTADO DA INFRAESTRUTURA

Termo de Rescisão do contrato nº 68/2015//Contratante: CECO //Contratada: FUTURA DISTRIBUIDORA //Objeto: Rescisão Unilateral.

## EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2019/SEINF

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA  
E DO DESENVOLVIMENTO RURAL

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

**PRADO:** O prazo para a execução de obra/serviço, objeto deste Contrato, será de 240 (duzentas e quarenta) dias, contados a partir da data da emissão de Ordem de Serviço, PARÁGRAFO 7º DO ROR - O prazo de conclusão para execução dos serviços de que trata esta cláusula poderá ser prorrogado, nos termos dos parágrafos 1º a 2º, do artigo 5º, da Lei nº 2.666-93/99.

O 3º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 24/2018  
CONTRATANTE: SEAGEL CONTRATADA: CONSTRUTORA SANTANA LTDA-EPP. OBJETO: O  
presente instrumento tem por objeto modificar, com base no artigo 65, § 1º da Lei nº  
8696/98, a Clausula Segunda do contrato acima identificado - CLAUSULA SEGUNDA  
PREÇO para suprimir o valor global do referido contrato, passando de R\$ 220.737,99  
duzentos e vinte mil, setecentos e vinte e sete reais e oitenta e três centavos para  
R\$ 113.304,10 duzentos e treze mil e quarenta e quatro reais e dez centavos, ficando  
o valor total do contrato em seis reais e dez centavos, sob a circunstância de não haver  
procedimento de apuração de preço. Tem data por objeto o presente instrumento a data  
de 14/02/2019.

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Seção 3

ISSN 1677-7069

Nº 141, quarta-feira, 24 de julho de 2019

a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, do Contrato nº 04/2018, de 13/12/2018, prorrogando o prazo de vigência por mais 02 (dois) meses, a partir de 13 de agosto de 2019 até 13 de outubro de 2019 e o prazo de execução por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 08 de julho de 2019 até 08 de setembro de 2019, conforme justificativa Técnica em anexo e com base na artigo 57, § 1º, I e IV da Lei nº 8.666/93.

O 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2014  
CONTRATANTE: SEAGRI. CONTRATADA: PRDAGI. OBJETO: Prorrogar por mais 1 (um) ano e prazo de vigência o contrato nº 02/2014, objeto do Termo de Compromisso nº 27/2012 - M/SEAGRI, para conclusão de 28 etapas do referido contrato, a partir de 08 de junho de 2019 até 08 de junho de 2020, conforme parecer técnico da CDHIOG em anexo. O presente aditivo tem por base legal a Cláusula 3.3 do referido contrato, combinado com o § 1º do art. 53 e o art. 65 da Lei nº 8.666/93, com base na Despacho Motivado nº 3995/2019 da Procuradoria-Geral do Estado - PGE.

## GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS SECRETARIA DA FAZENDA

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 046/2019 - UASG 925864

Aquisição da material de consumo e permanente (papel, pincel, balança digital, etc.). O edital poderá ser retirado no site [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) ou [www.sglto.gov.br](http://www.sglto.gov.br). Abertura das Propostas: 06/08/2019 às 09h00min no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Outras informações poderão ser obtidas na Superintendência de Licitações da SEFAZ, fone 063 2218 2363, em Palmas - TO ou e-mail: [pregoatoc@sefaz.to.gov.br](mailto:pregoatoc@sefaz.to.gov.br)

VIVIANNE FRANTZ B. DA SILVA  
Superintendente

### AVISO MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE (MI) Nº 08/2019/SEFAZ/BIRO/PDRS

SOLICITAÇÃO DE PROPOSTAS (SDP) Nº 02/2019/SEFAZ/BIRO/PDRS  
SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE PARA CONTRATAÇÃO DE CONSULTORIA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDO PARA AVALIAÇÃO DE RISCO DE CONTAMINAÇÃO POR AGROTÓXICO NO PERÍMETRO DE IRRIGAÇÃO FORMOSO DO MUNICÍPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA (TO), POR MEIO DE ENSAIOS ECOTOXICOLÓGICOS, CONFORME ACORDO DE EMENDADO Nº 8185-8R.

1. O ESTADO DO TOCANTINS solicitou um empréstimo do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) para a implementação do Projeto de Desenvolvimento Regional Integrado e Sustentável - PDRIUS e pretende utilizar parte dos recursos desse empréstimo em pagamentos admissíveis para Serviços de Consultoria.

2. Os serviços objetos da presente solicitação de manifestação de interesse têm por objetivo contratar serviços especializados de consultoria para elaborar estudo piloto de avaliação de risco de contaminação por agrotóxicos no perímetro de irrigação Formoso, Município de Formoso do Araguaia - TO, por meio de ensaios ecotoxicológicos, com a finalidade de fornecer suporte para implementação de um sistema de controle e monitoramento da uso de agrotóxicos no Perímetro. O estudo deverá orientar-se, no que couber, pelas disposições: (i) da Resolução CONAMA nº 420, de 28 de dezembro de 2005, e alterações posteriores; (ii) da Resolução CONAMA nº 357, de 17 de março de 2005, e alterações posteriores; (iii) da Portaria Normativa IBAMA nº 34, de 19 de outubro de 1996; (iv) do Decreto Federal nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002; e (v) da Política Operacional de Controle do Pragas (OP 4.091, do Banco Mundial). O escopo dos serviços inclui: (a) coleta de informações sobre os principais agrotóxicos utilizados no perímetro irrigado; (b) a avaliação de risco, que inclui a identificação do perigo, análise de riscos que inclui a caracterização de exposição (análise da água, análise de sedimentos, análise do solo e análise isotópica); e caracterização dos efeitos (ensaio ecotoxicológicos); e (c) plano de gerenciamento de risco.

3. A Secretaria da Fazenda e Planejamento - SEFAZ convida empresas de consultoria elegíveis à apresentação de expressão de manifestação de interesse com vistas a executar os referidos serviços de consultoria. As empresas interessadas deverão fornecer informações indicando que estão qualificadas para executar os serviços. Os critérios para selecionar a lista curta são: a) experiência em avaliação do risco ambiental em áreas agrícolas; b) experiência em ensaios ecotoxicológicos; c) experiência em gerenciamento de risco ambiental de áreas agrícolas; d) experiência em ecologia isotópica.

4. Admite-se a constituição de consórcios e associações para efeito de referir as qualificações a serem informadas.

5. As manifestações de interesse de consultorias interessadas são exigidas nas termos do parágrafo 1.9 dos Diretrizes para seleção e contratação de consultores financeiros por empréstimos do BIRD e créditos e doações da AID pelos mutuários do Banco Mundial, versão de janeiro de 2011, ("Diretrizes de Consultores"). Os consultores serão selecionados de acordo com os procedimentos estabelecidos pelas Diretrizes do Banco Mundial para a Seleção e Contratação de Consultores por mutuários do Banco Mundial, da Janeiro de 2011. O método utilizado será Seleção Baseada na Qualidade e no Custo (SBQC).

6. Consultores interessados podem obter mais informações conforme apresentado abaixo, de segunda à sexta-feira, de 8:00h às 12:00h e 14:00h às 18h (horário local). Secretaria da Fazenda e Planejamento - SEFAZ - Unidade de Gerenciamento de Projetos UGPPDRIS, A/C Maurício Fregonesi, AAND - Esplanada das Secretarias, Palmas, Tocantins, CEP 77001-002 - Brasil, Telefone 55 (63) 3212-4473 - e-mail: [ugppdris@gmail.com](mailto:ugppdris@gmail.com) ou [ugppdris@sefaz.to.gov.br](mailto:ugppdris@sefaz.to.gov.br); ou pelo link: <http://sefaz.to.gov.br/pdris/divulgacao-das-manifestacoes-de-interesse/>.

7. As manifestações deverão ser entregues no endereço abaixo, pessoalmente ou por correio, até 18h do dia 07 de Agosto de 2019. Secretaria da Fazenda e Planejamento - SEFAZ, Unidade de Gerenciamento do Projeto PDRS, A/E Maurício Fregonesi, AAND - Esplanada das Secretarias, Palmas, Tocantins, CEP 77001-002 - Brasil, Telefone 55 (63)3212-4473.

Palmas, 23 de julho de 2019.  
VIVIANNE FRANTZ BORGES DA SILVA  
Presidente da Comissão Permanente de Licitações Internacionais  
MAURÍCIO FREGONESI  
Diretor de UEP/PDRS da SEFAZ

## ESTADO DO ACRE PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL THAUMATURGO

### AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 17/2019

Órgão: Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo  
Data de Abertura: 09/08/2019  
Horário: 10h00min  
Local: Prefeitura Municipal de Marechal Thaumaturgo - Sala de Reuniões de Licitação, sito a Rua Cinco de Novembro, nº 113 - Centro.  
Objeto: CONSTRUÇÃO DE UMA PONTE EM MADEIRA NA COMUNIDADE TRIUNFO.  
Obs: A pasta informativa contendo o edital e seus anexos estará disponível no endereço retro mencionado.

Marechal Thaumaturgo-AC, 23 de julho de 2019.  
FELIX DE MELO SARAH NETO  
Presidente da CPML

## PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

### AVISO DE PROMOÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2019 - RRP

A pregoeira da CEL, comunica aos interessados que o PREGÃO PRESENCIAL POR REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2019 - CEL/PMRB, cujo objeto é Prestação de Serviços de catadores, para atender a Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, Processo CEL/PMRB Nº 126/2019, fica prorrogado para o dia 08 de agosto de 2019 às 10h30min (quatorze horas e trinta minutos). As datas de retiradas do edital serão do dia 25/07/2019 e 08/08/2019.

Rio Branco - Acre, 23 de julho de 2019  
FABRÍCIA DA SILVA FREIRE RODRIGUES

### RESULTADO DE JULGAMENTO TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2019 - CEL/PMRB

Contratação de Empresa de Engenharia Para a Execução de Serviços de Modernização de Banco de Alimentos, Localizada Na Estrada Transcresna, Bairro Boa Vista, Município de Rio Branco - Acre.

A Cel Julgou e Classificou As Empresas: 1ª e. G. S. Construções e Comércio Eireli, 1ª Az Comércio, Serviços e Representações Importação Exportação Ltda, 3ª Pradeli Construções Eireli, 4ª Apurine Eireli, 5ª Atlas Construção e Comércio Eireli, 6ª V. S. Construções e Comércio Importação e Exportação Ltda, 7ª Douglas & Cia Sociedades Simples Ltda, 8ª Construtora J. R. Medeiros Ltda, 9ª Thiago Lima de Souza Eireli, 10ª MW Amazonia Serviços Ltda. Em seguida, a Comissão aplicou o que dispõe o art. 209, I, alínea "b" da Lei 8.666/98, concedendo prazo de 05 (cinco) dias úteis para que as empresas inconformadas com esta decisão, apresentando suas razões de recurso a, não havendo recurso, o processo será encaminhado à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana - SEINFPA, para homologação e adjudicação, conforme disposto na art. 48, inciso VI, da Lei nº 8.666/1993 em nome da empresa E. G. S. CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO EIRELI com o valor total de R\$ 174.896,06 (cento e setenta e quatro mil, noventa e seis reais e seis centavos). As razões que motivaram tal posicionamento encontram-se à disposição dos interessados, conforme consulta na Rua Alvorada, nº 411, 2ª pisc - Bairro: Bosque - CEP: 69.908-630 - Rio Branco/AC - e-mail: [cpil@riobranco.ac.gov.br](mailto:cpil@riobranco.ac.gov.br), das 08h às 17h.

Rio Branco-AC, 23 de julho de 2019.  
LOURDES CAROLINE BEZERRA DE QUEIROZ  
Presidente da Comissão Especial de Licitação

## ESTADO DE ALAGOAS PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPIRACA

### EXTRATO DE APOSTILAMENTO

CONTRATO Nº 16452/2019 CONTRATADA: AMRJI VIEIRA ME CNPJ Nº 20.166.364/0001-67. DBJETD: O objeto deste termo de apostilamento é dar nova redação ao subitem 3.2 da cláusula terceira do contrato nº 16452/2019, para tanto:

DNDE SE LÊ:

"Cláusula Terceira: Do Valor E Dos Créditos Orçamentários  
3.1. As despesas resultantes deste contrato correrão à conta dos programas de trabalho: 10.10.13.122.1400.1183 - realização das festividades de São João de arapiraca, elemento 3390.39.2100 - outros serviços de terceiros pessoa jurídica -R\$ 12.000,00 (doze mil reais)."  
LEIA-SE:

"Cláusula Terceira: Do Valor E Dos Créditos Orçamentários  
3.1. As despesas resultantes deste contrato correrão à conta do programa de trabalho 10.10.13.122.1400.2084 - apoio ao desenvolvimento das atividades cívicas, culturais, religiosas, elemento 3390.39.2100 - outros serviços de terceiros pessoa jurídica - R\$ 12.000,00 (doze mil reais). ESTE APOSTILA PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DO EDITAL Nº 14452/2019 DATA DE ASSINATURA: 22 DE JULHO DE 2019 SIGNATÁRIO: ROGERIO AUTO TEÓFILO

### EXTRATO DE APOSTILAMENTO

CONTRATO Nº 26541/2019 CONTRATADA: DL PRODUÇÕES LTDA CNPJ Nº 31.259.338/0001-22.

OBJETO: O objeto deste termo de apostilamento é dar nova redação ao subitem da cláusula terceira do contrato nº 16541/2019, para tanto:

DNDE SE LÊ:

"Cláusula terceira: do valor e dos créditos orçamentários  
3.1. As despesas resultantes deste contrato correrão à conta dos programas de trabalho 10.10.13.122.1400.1103 - realização das festividades de São João de arapiraca, elemento 3390.39.2100 - outros serviços de terceiros pessoa jurídica - R\$ 50.000,00 (cinquante mil reais); e 10.10.13.122.1400.2034 - apoio ao desenvolvimento das atividades cívicas, culturais, religiosas, elemento 3390.39.2030 - outros serviços de terceiros pessoa jurídica - R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)."  
LEIA-SE:

"Cláusula terceira: do valor e dos créditos orçamentários  
3.1. As despesas resultantes deste contrato correrão à conta dos programas de trabalho 10.10.13.122.1400.2034 - apoio ao desenvolvimento das atividades cívicas, culturais, religiosas, elemento 3390.39.2100 - outros serviços de terceiros pessoa jurídica - R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); o elemento de 3390.39.2030 - outros serviços de terceiros pessoa jurídica -R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). ESTE APOSTILA PASSA A FAZER PARTE INTEGRANTE DO CONTRATO Nº 16541/2019 DATA DE ASSINATURA: 22 DE JULHO DE 2019 SIGNATÁRIO: ROGERIO AUTO TEÓFILO

### AVISO DE SUSPENSÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Município de Arapiraca, Estado de Alagoas, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital da Tomada de Preços Nº 019/2019, que tem como objeto a construção do 01 (um) Centro de Educação Infantil no Bairro Manoel Teles, na Município de Arapiraca/AL, com sessão pública para recebimento e abertura das envelopes, designada para o dia 29 de julho de 2019 às 12:00h (meio-dia), fica SUSPENSA até a conclusão da análise da planilha orçamentária, quando então será divulgada a nova data para a realização de certame.

BERGSON ARAUJO LEITE  
Presidente da Comissão

CONFERE COM ORIGINAL  
Araçuaí 02/08/2019  
Márcia José Nunes de Sá  
Assessoria Técnica Jurídica





SEAGRI  
Assessoria  
Técnica  
Fl n° 98  
*Requell*

## GOVERNO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA PESCA  
End. Rua Vila Cristina nº 1051 CEP 49020-150, Aracaju-Sergipe, Fone: (79) 3179-4205

### 2º - TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2018

QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO  
DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E  
DA PESCA – SEAGRI E A FIRMA CONSTRUTORA  
SANTANA LTDA - EPP

#### QUALIFICAÇÃO DA CONTRATANTE

GOVERNO DE SERGIPE, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA PESCA-SEAGRI, ÓRGÃO INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO ESTADO DE SERGIPE.	
ENDEREÇO: RUA VILA CRISTINA Nº 1051, BAIRRO SÃO JOSÉ	CIDADE: ARACAJU UF.: SERGIPE
CNPJ/MF.	Nº 13.128.798/0024-90
REPRESENTANTE LEGAL: SECRETÁRIO	NOME: ANDRÉ LUIZ BOMFIM FERREIRA
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO	PROFISSÃO: ENGº AGRÔNOMO
CPF N.º 002.279.115-98	RG N.º 056407785-2-SSP/BA

#### QUALIFICAÇÃO DA CONTRATADA

RAZÃO SOCIAL:	CONSTRUTORA SANTANA LTDA-EPP
ENDEREÇO:	RUA ANÁLIA PINHA DE ASSIS Nº 112, BAIRRO , LUZIA, ARACAJU/SE CEP: 49.045-770
TELEFONE:	(79) 3243-0422 / (79) 98822-9040 / (79) 99607-7293
Nº DO CNPJ:	20.973.575/0001-06
REPRESENTANTE LEGAL:	ARLEI ROGERIO DE SÁ – Sócio Administrador
Nº DO CPF:	983.578.911-87
Nº DA CART. IDENTIDADE:	3.071.683-7- SSP/SE

Celebram o 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 04/2018, firmado em 13 de dezembro de 2018, com o objetivo de prorrogação de prazo de vigência e de execução, conforme solicitação efetuada através do Ofício nº 772/2019-CEHOP, da lavra do Sr. Diretor Presidente daquela Companhia, fiscal do referido Contrato, conforme Termo de Cooperação Técnica 002/2018.

HomePage: <http://www.sagri.se.gov.br>

*Arlei Rogerio de Sá*  
Engenheiro CIVIL  
CREA 12514/D-SE

*[Handwritten signature]*



SEAGRI  
Assessoria  
Técnica  
Fl. nº 99  
Roguel

## GOVERNO DE SERGIPE

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA PESCA  
End. Rua Vila Cristina nº 1051 CEP 49020-150, Aracaju-Sergipe, Fone: (79) 3179-4205

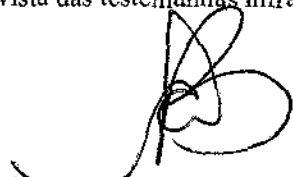
### CLAUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

O presente Instrumento tem por objeto aditar, com base no artigo 57 § 1º, I e IV da Lei 8666/93, a **CLAUSULA TERCEIRA – DO PRAZO**, do Contrato nº 04/2018, de 13/12/2018, prorrogando o prazo de vigência por mais 06 (seis) meses a partir de 13 de outubro de 2019 até 13 de abril de 2020 e o prazo de execução em mais 90 (noventa) dias a partir de 06 de setembro de 2019 até 04 de dezembro de 2019, conforme Justificativa Técnica em anexo, consubstanciada no Parecer Nº 5000./2019 da Procuradoria Geral do Estado-PGE.


### CLAUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas do Contrato Nº 04/2018, contratado sob o Regime de Empreitada Por Preço Unitário, para a execução da **Construção do Centro Social de Reforma Agrária no Assentamento Caio Prado, Município de Estância/SE**, nos termos do Projeto Básico – ANEXO I do Edital.

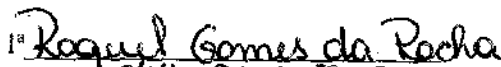
E assim, estando justo e conforme, firmam as partes, o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual forma e teor, à vista das testemunhas infra-assinadas.

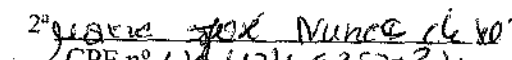
  
**ANDRÉ LUIZ BOMFIM FERREIRA**  
Secretário de Estado da Agricultura,  
Desenvolvimento Agrário e da Pesca

Aracaju(SE), 05 de setembro de 2019.

  
**ARLEI ROGERIO DE SÁ**  
Sócio Administrador da Construtora Santana Ltda  
Arlei Rogério de Sá  
Engenheiro Civil  
CREA 12514/D-SE

### TESTEMUNHAS:

1ª   
CPF nº 044.196.305-66

2ª   
CPF nº 10.474.635-34

**VALBERTO DE OLIVEIRA LIMA**  
Secretário de Estado da Saúde

**EXTRATO DA DISPENSA EMERGENCIAL Nº 0584/2019**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 020.000.15655/2019-0  
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE REDE DE GASES MEDICINAIS, DOS HOSPITAIS DA REDE DE SAÚDE DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE SERGIPE  
CONTRATADA: OR OXIGENIO GASES E EQUIPAMENTOS LTDA  
CNPJ: 04.292.445/0001-43  
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 604.500,00  
FONTE DE RECURSO: 0214  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 20.401  
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.122.0006  
PROJETO ATIVIDADE: 2357  
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.00  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 24, INCISO IV, DA LEI 6.568/93.  
PARECERES PGE: Nº 4958/2019  
RATIFICADO: 10 DE SETEMBRO DE 2019

**VALBERTO DE OLIVEIRA LIMA**  
Secretário de Estado da Saúde

**EXTRATO DA INEXIBILIDADE Nº 027/2019**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 020.000.2706/2019-5  
OBJETO: AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE TRATAMENTO ONCOLÓGICO  
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 976.459,02  
CONTRATADA: VARIAN MEDICAL SYSTEMS BRASIL LTDA  
CNPJ: 03.009.915/0001-56  
FONTE DE RECURSO: 0102  
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 20.401  
CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 10.126.0040  
PROJETO ATIVIDADE: 1505  
ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.00  
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 25, CAPUT DA LEI 8.666/93.  
PARECER PGE: 4831/2019-PGE, 19 de agosto de 2019.  
RATIFICADO: 19 de julho de 2019.

**VALBERTO DE OLIVEIRA LIMA**  
Secretário de Estado da Saúde

**ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE  
TERMO DE ERRATA DO EXTRATO DA ATA DE  
JULGAMENTO DO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2019**

A Secretaria de Estado da Saúde de Sergipe vem, por meio deste, informar a necessidade de emissão do presente termo de errata para fins de exclusão do item 07, adjudicado à empresa MOGI MEDICAL EQUIPAMENTOS EIRELI - EPP, CNPJ: 26.199.997/0001-70, contemplado na extrato da ata de julgamento do pregão eletrônico nº 01/2019, que tem como objeto a aquisição de Equipamentos e Mobiliários Técnicos destinados ao atendimento das necessidades para ampliação dos leitos e do Centro Cirúrgico do Hospital Regional da Nossa Senhora da Glória, em virtude do item em pauta ter restado FRACASSADO por descumprimento dos licitantes às regras do edital.

Aracaju, 11 de setembro de 2019.

**RAYANNE DE ANDRADE SILVA**  
Pregoeira/SES

Ratifico,

**VALBERTO DE OLIVEIRA LIMA**  
Secretário de Estado da Saúde

**Agricultura e do Desenvolvimento Rural**

**GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA,  
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA PESCA**  
Espécie: Termo de Compromisso  
Participante: Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca - SEAGRI, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Universidade Federal de Sergipe - UFS e o Instituto Federal de Sergipe.  
Objeto: Estabelecer condições de mútua cooperação entre as partes para o planejamento, organização e execução de ações voltadas para realização do XI Congresso Brasileiro de

Agropecuária, que acontecerá nos dias 04 e 07 de novembro de 2019, concomitantemente com o VI - Semana Acadêmica de UFS.  
Parecer PGE: 1025/2019  
Data Assinatura: 29/02/2019  
Vigência: 28/02/2020  
Aracaju, 11 de setembro de 2019  
**ANDRÉ LUIZ BOMFIM FERREIRA**  
Secretário de Estado

**GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA PESCA**

**EXTRATO DO CONTRATO MÚLTIPLO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDA DE PRODUTOS Nº 8912469238**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 817.098.00557/2019-6  
CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento Agrário e da Pesca-SEAGRI.

CONTRATADA: Empresa Brasileira de Correias  
OBJETO: Contratação de ECT, para prestação de serviços e venda de produtos, que atendam as necessidades da SEAGRI, mediante Adesão aos ANEXOS 01 (carta comercial); 02 (serviços telefônicos e 09 serviços expressos).  
PRAZO: 60 meses

DATA DA ASSINATURA: 10/09/2018  
**ANDRÉ LUIZ BOMFIM FERREIRA**  
Secretário de Estado

**GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E DA PESCA**

**EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 842816**  
CONTRATANTE: SEAGRI

CONTRATADA: CONSTRUTORA SANTANA LTDA  
OBJETIVO: aditar, com base no artigo 57 § 1º, I e IV, da Lei 8666/93, a CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, do Contrato nº 04/2018, prorrogando o prazo de vigência por mais 06 (seis) meses a partir de 13 de outubro de 2019 até 13 de abril de 2020 e o prazo da execução em mais 90 (noventa) dias a partir de 06 de setembro de 2019 até 04 de dezembro de 2019, conforme Justificativa Técnica em anexo, consubstanciada no Parecer Nº 5040/2019 da Procuradoria Geral do Estado-PGE.  
**André Luiz Bomfim Ferreira**  
Secretário/SEAGRI

**Infra-Estrutura e do Desenvolvimento Energético Sustentável**

**EXTRATO  
NATUREZA JURÍDICA: Contrato Nº 013/2018, oriundo do Acordo de Empréstimo nº 0113-ER.**

CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade - Sedurb.  
CONTRATADAS: SEOTECHNIQUE CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA.

OBJETO: Serviços de Consultoria para elaboração de estudo e projeto executivo visando a Implantação de Instrumentação Geotécnica na Serragem do Reservatório Jacarecica I.

PRAZO: 120 dias a partir da Ordem de Serviço.

VALOR: R\$ 182.042,64 (cento e oitenta e dois mil quarenta e dois reais e sessenta e quatro centavos).

CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 32.103.18.607.004.233 4.3.3.99.36.0281.

NOTA DE EMPENHO: 1379/2019.

PARECER PGE Nº: 7301/2019-PGE.  
Aracaju, 30 de agosto de 2019.

**UBIRAJARA BARRETO SANTOS**  
Secretária de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade

**Comunicação Social**

**GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DO PREGÃO**

ELETRÔNICO Nº. 114/2019

OBJETO: Contratação Centralizada de agência de publicidade

e propaganda, objetivando veicular a divulgação de Publicidade Legal dos Órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, em jornais de grande circulação local e nacional. CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Comunicação Social. CONTRATADA: CONCEITO COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA. CNPJ: 00.404.419/0001-09, VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir do dia da sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma do artigo 57 de lei 8.666/93. Dotação Orçamentária: correrá à conta dos recursos consignados no orçamento da Estado de Sergipe para a execução, e cargo da unidade orçamentária contratante, mediante Termo de Anuência específico. VALOR ESTIMADO: R\$ 2.114.500,00 (dois milhões cento e quatorze mil e quinhentos reais). BASE LEGAL: Lei nº. 10.520/2002 Lei nº. 8.666/93, Lei Estadual nº 6.208/2007, Lei Estadual nº 5.260, Lei Estadual nº 5.648, Decretos Estaduais nºs. 26.531 e nº 26.532 de 2009.

Adjudico em, 25 de junho de 2019.

**ARIQSOVALDO MENEZES LEITE**  
Pregoeiro

Hemologar em 11 / 09 / 2019.

**José Sales Neto**  
Secretário de Estado da Comunicação Social

**Turismo**

**GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO**

**EXTRATO DE QUINTO TERMO  
CONTRATO Nº 002/2018**

**EXTRATO DE QUINTO TERMO  
CONTRATO Nº 002/2018**

Quinto Termo da Aditiva ao Contrato nº 002/2018. Processo administrativo nº 033.000.00614/2018-3. CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Turismo - SETUR, CNPJ nº 13.126.798/0037-04. CONTRATADO: SERCOL SANEAMENTO E CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ nº 02.053.711/0001-50. Objeto da TA: Alteração no valor de que trata o item "Valor" do Contrato nº 002/2018, os itens das planilhas foram ajustados, valor atual do contrato R\$ 20.784.114,05 (vinte milhões setecentos e oitenta e quatro mil e cento e quatorze reais e cinco centavos), gerando o valor da edição de R\$ 1.476.823,36 (um milhão quatrocentos e setenta e seis mil e oitocentos e vinte e três reais e trinta e seis centavos), correspondente a 7,05% do contrato, valor da supressão é de R\$ 2.068.950,91 (dois milhões e sessenta e cinco mil e novecentos e cinquenta e nove reais e um centavo), valor financeiro de R\$ -589.127,54 (quinhentos e oitenta e nove mil e cento e vinte e sete reais e cinquenta e quatro centavos) e desta forma o valor da contrato global suprimido passou a ser de R\$ 20.194.656,51 (vinte milhões e cento e noventa e quatro mil e novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavo), que refere-se à Obra de Conclusão da Reforma e Ampliação do Centro de Convenções de Sergipe, Aracaju-SE, prazo de execução a vigência final para o dia 16 de janeiro de 2020, conforme pactuado.

Aracaju/SE, 11/09/2019

**José Sales Neto**  
Secretário de Estado de Turismo

**GOVERNO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO**

**EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO  
CONTRATO Nº 006/2018**

Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 006/2018.

Processo Aditivo nº 038.000.00037/2019-2.  
Processo Administrativo nº 038.000.0004/2018-1.  
CONTRATANTE: Secretaria de Estado do Turismo - SETUR, no âmbito da UCPI/PRODETUR-SE, CNPJ nº 13.126.798/0037-04. CONTRATADO: EMPRESA CAMEL EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 05.326.897/0001-47. Objeto do TA: Prorrogação do prazo de vigência de que trata o item "Prazo" do Contrato nº 006/2018, que tem por finalidade a contratação para a "Reforma da Orla Para do Sol em Aracaju/SE", pelo período de 53 (cinquenta e três) dias, prorrogando o prazo de execução e vigência final para o dia 30 de setembro de 2019, conforme referido Aditivo.

Aracaju/SE, 11/09/2019

**José Sales Neto**  
Secretário de Estado do Turismo

[illegible]

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 4/2818

SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA  
E DO DESENVOLVIMENTO RURAL

WAGNEALTER TELUS BARRETO  
Pregateiro

[illegible]

PAC.  
Busta do Rio Pardo - Assu.../RFS 2.300/492,68 /1220 dias /Gf/GF - CT 228.049-03/29887 -  
/Objeto: Execução das obras/engenharia de complementação do Sistema de Abastecimento de Água  
/Base Legal: 13.303/2016 /Contrato: 050 /Contratada: METAL ENGENHARIA LTDA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 86/2025

EXTRATO DE CONTRATO Nº 123/2019

GOVERNDO DO ESTADO DE SERGIPE  
COMPANHIA DE SANEAMENTO DE SERGIPE

Ne Avulso de Licitação, RJ 88.1295/19-RB, publicada na página 151, seção 3, do Diário Oficial do União, de data 12/05/2019. Onde se lê: 11/09/2019, lê-se: 13/09/2019. Onde se lê: 02/18/2019, lê-se: 87/10/2019. Onde se lê: 03/10/2019, lê-se: 88/10/2019. Onde se lê: 03/10/2019, lê-se: 88/10/2019. Onde se lê: 03/10/2019, lê-se: 88/10/2019.

RETIFICAÇÃO

COMPANHIA DE SANAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
Promoções - 2012 de setembro de 2019.  
A COMISSÃO

[illegible]

RESULTADO DE HABILITAÇÃO  
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 96/2019 - SED

1) Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Processos Ambientais  
Aquisição de serviços ambientais de agroecologia e de empreendimentos rurais  
de suas organizações, destinados ao desenvolvimento do Programa Nacional de  
Fortalecimento de Agricultores Familiares - RPP (publica editados em grupos setoriais em  
conjunto com as demais competências) na Lei nº 11.947/2009 e Resolução FNDE  
nº 04/2013, visando atender as necessidades da alimentação escolar dos alunos  
matriculados nas Unidades Escolas de Educação Básica da Rede Estadual de Santa  
Catarina, Companhia de Produção, Industrialização e Comercialização União  
de Cozinhas - COOPRUSC. - RPP sob nº 08.728.956/001-01, anexo I, art. 1º,  
§ 1º, e § 2º, da Lei nº 11.947/2009, Resolução FNDE nº 26 de 27 de Junho de 2013 e  
Resolução FNDE nº 84 de 03 de abril de 2015. Valor R\$ 345.040,00. CIO: 22.661/2012 e  
Florianópolis - SC, 22 de setembro de 2019.  
NATÁLIA DE QUEIMANI

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO-DL Nº 67/2019 - SED 18.053/2019

Arquívio de gestões administrativas da agricultura familiar e de empreendimentos familiares rurais  
de suas respectivas entidades, referentes ao desenvolvimento do Programa Nacional  
de Agricultura Familiar - DAP (jurídica organizada em grupos formais ou  
informais, com as seguintes características):  
- 04/2015, visando atender as necessidades da implementação escolar dos alunos  
matriculados nas Unidades Escolares de Educação Básica da Rede Estadual de Santos  
(Cearim, Contêineres, Cooperativa Central SADOB CDOVAL), menos no CNPJ sob nº  
12.728.028/0001-24, Amparo Legal: Art. 14, § 5º da Lei nº 13.071/2019, Resolução CNPQ  
nº 026 de 17 de junho de 2013 e Resolução FNDE nº 04 de 83 de abril de 2015, Uatm: R5  
705.996.400, CIG: 22732/2019.

AVISO DE DESPESA DE LIQUIDAÇÃO-OL Nº 73/2019 - SED 18.443/2019

O requerente declara que não possui nenhuma outra situação de dívida perante o INSS, bem como não possui nenhuma outra situação de dívida perante o Fisco Federal, Estadual e Municipal. A declaração é verdadeira e atualizada até a data da assinatura.

Flamengo, 12 de setembro de 2013.

\_\_\_\_\_  
NATÁLIA NUNES DA SILVA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO-DI Nº 63/2019 - SED 20.434/2029

005/2819 - CEL/PREFENCLAL, ne A. Progestor da CEL, comunicou aos interessados que o PREGOÃO PRESENCIAL, ne 005/2819 - CEL/PREFENCLAL, cujo objeto é aquisição de materiais de consumo e Permanente, da Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Econômico - SAPIA, Processo CEL/PAR 8 N.º 192/2019, fica prorrogado para o dia 38 de setembro de 2019 às 08h30min (oitó horas e trinta minutos). As datas de realização de edital serão de dia 13/09/2019 e 17/09/2019.

Re Brence AC 12 de setembro de 2019.

KEZIA HONORATAD DA SILVA MORAES

Rio Branco-AC, 12 de setembro de 2019,  
LOURDES CARDUINE BEZERRA DE OLIVEIRA  
Presidente da Comissão Especial de Licitação  
AVISO DE PREQUALIFICAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 5/2019

Data de Abertura: 02/18/2019 às 8h30min (sexta-feira)  
 Retirada do Edital: 16/08/2019 às 30/08/2019 Horário: 08h às 17h. Através de e-mail: [cp@pbebranco.ac.br](mailto:cp@pbebranco.ac.br) ou na CE/C/PM/BB - Rua Alvorada, nº 411, 2º Piso - Bateria, Basque, CEP: 66.905-650 - Rio Branco - Acre.

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para a construção da cobertura de Mercado Elias Mansour - Bairro Centro, Município de Rio Branco - Acre.

AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2019

Matérias Insumantibus-Ar. 12 de setembro de 2019.

1 - HOMOLOGAR, nos termos da Lei de Utilidade os atos praticados pelo Comissão Permanente Municipal de Licitação e ADJUDICAÇÃO e sobre a licitação em cartameira com o valor total de R\$ 499.533,76 (quarenta e seis centos e quinhentos e trinta e três reais e sete centavos).

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 20/2019

Considerando e resultando representativa Municipal de Lichinga, referente a CONDIÇÃO DE RECEITA, não merecer prioridade e verificação que e processo se encontra em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e demais normas legais, resolve:

1 - HOMOLOGAR, nos termos da Lei de Lichinga os atos praticados pela Comissão Permanente Municipal de Lichinga e o objeto pactado em conformidade com a Lei nº 8.666/1993, em nome da empresa que foi considerada classificada CONSUTURORA CASTELO CNPJ. 26.971.828/08.81-50 vendendo com o valor global de R\$ 508.816,40 (quinhentos mil dezesseis reais e quarenta e sete centavos)

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 14/2819

Residência: RUA JUNCELA, 100 - JARDIM LINDA VISTA - FURRAS - AGOSTO.  
Residência: RUA JUNCELA, 100 - JARDIM LINDA VISTA - FURRAS - AGOSTO.  
Objeto: Residência de Contratos no R 030/2019 referente a execução de obras civis de reformas, adequações, especificações técnicas ambientais e sociais (ETAS) nas residências redovantadas, Lote 03, Pavão Nacional - RRL Lote 02 - Tecmopolis RRS.  
Data da assinatura: 27 de agosto de 2020.  
Signatários: Julliene Passarim - Representante da Residência.  
Humberto de Souza Gomes - Representante da Residência.

EXTRATO DE RESCISO

informações poderão ser obtidas através dos telefones (063) 3218-7115/3212/3247.

[illegible]

PREGAG ELETRONICO Nº 88/2019

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS  
SECRETARIA ESTADUAL DE SAUDE  
AVISO DE LICITACAO

[illegible]



Aprovo o Parecer,  
Encaminha-se,  
Aracaju, 3/9/19  
Eduardo José Cabral de Melo Filho  
Chefe da Procuradoria Especial de Atos e Contratos  
OAB/SE 4.180

**ESTADO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS**  
**ADMINISTRATIVOS**

Parecer n.º: 5000/2019- PGE

Processo n.º: 026.301.00256/2019-4

Origem: Secretaria de Estado da Agricultura,  
Desenvolvimento Agrário e da Pesca - SEAGRI

Assunto: Segundo Aditivo ao Contrato n° 004/2018

Interessados: SEAGRI/Construtora Santana Ltda

Destino: Secretaria de Estado da Agricultura,  
Desenvolvimento Agrário e da Pesca - SEAGRI

SEGUNDO TERMO ADITIVO.  
MANUTENÇÃO DO VALOR  
INICIAL DO CONTRATO COM  
ALTERAÇÕES REALIZADAS  
POR ADITIVOS ANTERIORES  
SE HOVER. PRORROGAÇÃO  
DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO  
DO CONTRATO N° 04/2018.  
CONTRATO POR ESCOPO.  
POSSIBILIDADE SOMENTE SE  
AFASTADA CULPA EXCLUSIVA  
DA CONTRATADA PELA  
MOROSIDADE NA EXECUÇÃO  
DA OBRA OU SERVIÇO E  
AINDA VIGENTE O AJUSTE.

**I - RELATÓRIO**

Cuida-se de solicitação de análise e emissão de parecer sobre o segundo termo aditivo ao contrato n° 04/2018, que visa prorrogar o prazo de vigência e execução, em mais 06 (seis) meses e 90 (noventa) dias, respectivamente, a partir do dia subsequente ao vencido, conforme dito no ofício n° 916/2019-SEAGRI (f.87) e minuta de fls. 85/86. Processo instruído com oito volumes.

É o relatório. Fundamento e opino.

---

Praça Olímpio Campos, n° 14, centro, Aracaju  
Fone (079) 211 3352/0763



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS**  
**ADMINISTRATIVOS**

**II - FUNDAMENTAÇÃO.**

**-Considerações preliminares.**

De início, impende asseverar que não faz parte das atribuições da Procuradoria-Geral do Estado a análise acerca da conveniência e oportunidade da realização de qualquer ato de gestão, quer no seu aspecto econômico, quer no seu aspecto administrativo.

Esses aspectos são corriqueiramente denominados de "mérito administrativo" e são de responsabilidade única do administrador público.

À Procuradoria-Geral do Estado incumbe apenas a análise dos aspectos jurídicos dos questionamentos realizados. Neste caso, matéria eminentemente de direito.

**III - MÉRITO.**

Com efeito, trata-se do segundo termo aditivo ao contrato nº 04/2018 (fls.85/86), visando prorrogar o prazo de vigência em mais 06 meses (até 13.04.2020) e de execução por mais 90 dias (até 04.12.2019), de acordo com a Cláusula Terceira do ajuste original.

A justificativa técnica de fls.03, subscrita pela engenheira Élide Teixeira Silveira, alega como motivação para a prorrogação, "necessidade de reformular o cronograma da obra", em face de também alteração na planilha contratada que exige aprovação pela Caixa Econômica Federal, além do período rigoroso de inverno, com chuvas bastantes expressivas. No aditivo não há nenhuma outra alteração quantitativa ou qualitativa quanto a obra/serviço de construção do Centro Social de Reforma Agrária no Assentamento Caio Prado, no município de Estância/SE.

De logo, registro que tomo como verdadeira a informação acima para fins de análise e emissão deste parecer, devendo a SEAGRI solicitar na data da vigência do

Uma assinatura manuscrita, provavelmente a do procurador, localizada no canto inferior direito da página.





**ESTADO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS**  
**ADMINISTRATIVOS**

aditivo todas as certidões exigidas quando da habilitação, atualizadas.

Assim, mantido o valor inicial do contrato e **se vigente o contrato**, nesta data, possível o aditivo.

Aliás, por cautela, trago decisão do Tribunal de Contas da União nº 732/1999 - Plenário - Voto do Min. Relator Bento Bugarin, em se tratando de contrato por escopo. Vejamos:

"No entanto, a meu ver, inexistindo motivos para sua rescisão ou anulação, a extinção de contrato pelo término de seu prazo somente se opera nos ajustes celebrados por tempo determinado, nos quais o prazo constitui elemento essencial e imprescindível para a consecução ou eficácia do objeto avençado, o que não é o caso do contrato firmado pelo DER/MG, no qual a execução da obra é o seu objetivo principal. Dessa forma, não havendo motivos para a cessação prévia do ajuste, a extinção do contrato firmado com o DER/MG operar-se-ia apenas com a conclusão de seu objeto e recebimento pela Administração, o que ainda não ocorreu".

Logo, qualquer contrato que tenha como objeto a realização de obra, elaboração de projeto ou compra de equipamento, o mesmo somente atinge seu termo final com a conclusão do objeto contratado. Daí mais um motivo para sua prorrogação, independentemente das recomendações aqui lançadas.

Pois bem, consta que o contrato sofreu prorrogação anteriormente, mais aditivo de valor. Assim, fica também este parecer condicionado ao atendimento das recomendações feitas no(s) anterior(es) parecer(es), inclusive que analisou a contratação, que passa a ser parte integrante desta peça.

De logo, cumpre esclarecer que o Secretário de Estado da Agricultura, adotou como lastro para sua solicitação a justificativa de fls.03, que deve ser **aceita e ratificada** expressamente pela autoridade gestora da



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS**  
**ADMINISTRATIVOS**

SEAGRI e que encaminhou o termo aditivo. Logo, é de inteira responsabilidade do gestor os motivos vinculantes para fins de eventual prorrogação da execução e vigência do contrato.

O contrato por escopo ou desde que ainda vigente, em tese, pode ser prorrogado o prazo de execução e vigência, quando atendidos aos requisitos do artigo 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93, isto é, enquadre-se em um dos motivos listados nos incisos I a VI do citado dispositivo, cabendo a Secretaria verificar tecnicamente se realmente a situação fática atende algum dos dispositivos, inclusive afastando eventual demora nas obra/serviços de construção do Centro Social no Assentamento Caio Prado, no município de Estância/SE, POR CULPA EXCLUSIVA DA CONTRATADA, pois se assim for, deve ser rescindido o contrato e penalizada a contratada judicialmente e administrativamente, o que por si só inviabiliza o presente aditivo. Agora, se houver possibilidade técnica para o enquadramento acima referido é legal a pretensão.

Ademais, deve a Secretaria comprovar sua justificativa documentalmente, até porque a decisão sobre prorrogação é da administração, dentro do seu poder discricionário, após enquadramento em um dos motivos listados no artigo 57, §, incisos I a VI, da Lei nº 8666/93.

Nesse sentido, em verbete editado pelo Conselho Superior da Advocacia Geral do Estado, ao apreciar o processo nº 010.000.00501/2015-3, Ata da 143ª R.E de 14.04.2016, foi decidido que:

"66 - CONTRATO ADMINISTRATIVO. OBRA PÚBLICA. PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO QUANTO A SUA DIMENSÃO. A extensão do elastecimento do prazo de execução de contrato administrativo com fundamento no art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/93 deve ser devidamente motivada pela Administração Pública, a qual deve levar em conta o prazo previsto em edital para entrega do objeto contratado". (grifei)



**ESTADO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**  
**PROCURADORIA ESPECIAL DOS ATOS E CONTRATOS**  
**ADMINISTRATIVOS**

Destarte, considerando que eventual prorrogação da execução e/ou vigência do contrato decorre de situação acontecida após a contratação (art.57, §1º, I a VI, da Lei nº 8.666/93), evidentemente não poderia haver previsão no edital.

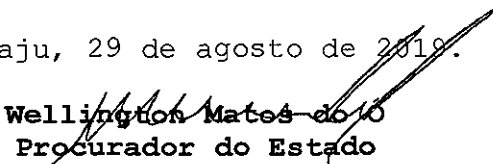
**IV- CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, opino pela possibilidade legal da alteração contratual, nos exatos termos deste parecer. Outrossim, concretizada a recomendação acima, resta atender aos artigos 15 a 17 da LC nº 101/2000 e anexar certidão de regularidade com a previdência social, FGTS, fiscos federal, estadual e municipal, além de publicação do termo aditivo na imprensa oficial, se realmente efetivado, tudo sob pena de ilegalidade.

Este é o parecer.

Submeto as presentes considerações a superior apreciação.

Aracaju, 29 de agosto de 2019.

  
Wellington Mates do O  
Procurador do Estado

